



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 097/098

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE AGOSTO DE 2008

ANO

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 097

89ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 04

Expediente:

Ofícios 04

Mensagens 04

Indicações 11

Requerimentos 12

Projetos de Lei 14

Pequeno Expediente:

Dep. Cida Borghetti 15

Dep. Luciana Rafagnin 16

Dep. Enio Veri 17

Dep. Antonio Belinati 18

Dep. Tadeu Veneri 19

Dep. Mauro Moraes 20

Grande Expediente:

Dep. Péricles de Mello 20

Dep. Ney Leprevost 24

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 18

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 25

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno 27

Liderança do PMDB

Dep. Caíto Quintana 27

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 28

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente30

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em).....31

Redação Final31

3ª Discussão31

2ª Discussão31

1ª Discussão31

Requerimentos33

Encerramento da Sessão34

DIÁRIO Nº 098

9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....35

Presenças.....35

Abertura da Sessão35

Expediente:

Questão de Ordem35

Requerimentos36

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em).....40

3ª Discussão42

2ª Discussão42

Encerramento da Sessão42

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 097

89ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão04

Expediente:

Ofícios04

Mensagens04

Indicações11

Requerimentos12

Projetos de Lei.....14

Pequeno Expediente:

Dep. Cida Borghetti.....15

Dep. Luciana Rafagnin.....16

Dep. Enio Veri17

Dep. Antonio Belinati.....18

Dep. Tadeu Veneri19

Dep. Mauro Moraes.....20

Grande Expediente:

Dep. Péricles de Mello20

Dep. Ney Leprevost.....24

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 18

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 25

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno 27

Liderança do PMDB

Dep. Caíto Quintana..... 27

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício..... 28

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 30

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) 31

Redação Final..... 31

3ª Discussão 31

2ª Discussão 31

1ª Discussão 31

Requerimentos..... 33

Encerramento da Sessão 34

DIÁRIO Nº 097

89ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 89ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühler, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Elton Welter e Reni Pereira (03).

Em licença a Sra. Deputada Rosane Ferreira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

Sob o nº 661/08-GP do Sr. José Vidal Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, informando que o Tribunal de Justiça não tem objeção aos termos da emenda proposta ao Projeto de Lei nº 326/08, que altera dispositivo da Lei Estadual nº 12216/98 - FUNREJUS, notadamente porque visa assegurar dotação orçamentária compatível com as necessidades do Fundo Penitenciário. **Ao conhecimento da Casa.**

Mensagem

MENSAGEM Nº 026/08

Curitiba, em 19/08/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva instituir o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná, conforme especifica e adotar outras providências.

A qualidade na Educação e valorização dos seus profissionais constituem um binômio cujo resultado é fator preponderante para o desenvolvimento humano, político, econômico e social.

Reconhecer e valorizar os funcionários que atuam na Educação básica significa inverter a lógica de desvalorização e invisibilidade desses que desempenham um trabalho importantíssimo no desenvolvimento educacional.

Esses trabalhadores se constituíram, enquanto segmento, juntamente como desenvolvimento da Educação brasileira, numa situação de subalternidade, tratados com

apoio, auxiliares e, como avanço de políticas neoliberais, foram os mais afetados pelo processo de terceirização, privatização e baixos salários.

A aprovação deste Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos no quadro específico da educação significa definitivamente inverter a lógica da desvalorização, consolidando o ingresso por concurso público em carreira exclusiva da educação, atividade-fim do estado, garantindo a efetivação e implementação da formação profissional dentro da Área Profissional 21 - Serviços de Apoio Escolar.

Com a implantação deste Plano, haverá uma maior valorização da progressão da carreira, pela qualificação profissional dos trabalhadores e pela avaliação de desempenho dentro da atividade que exerce, resultando em inegável melhoria na qualidade da educação. Oferece estímulo a que o trabalhador se dedique durante toda a carreira a melhoria do seu desempenho profissional, estímulo a formação e qualificação nas suas atividades.

Justifica-se o presente Plano pelo entendimento de que o desempenho das funções desses profissionais em nossas escolas é o de educar, diferentemente de trabalho prestado por funcionários em outras áreas do estado, que não exerçam a função educadora em seus locais de trabalho.

A implantação deste Plano de Carreira será todo custeado com recursos vinculados a educação e só foram possíveis devido a emenda constitucional que vincula 30% da receita líquida do estado à área de Educação. Sua implantação representa um custo de R\$ 2.761.949,64 (dois milhões, setecentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) de acréscimo na atual folha de pagamento dos trabalhadores em educação.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei complementar institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

Art. 2º Para efeitos desta lei, o Quadro dos Funcionários da Educação Básica é formado pelos cargos de Agente Educacional I e Agente Educacional II.

Capítulo II

Dos Princípios e Garantias

Art. 3º o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná objetiva o aperfeiçoamento profissional contínuo e a valorização do funcionário mediante remuneração digna e, por consequência, a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população do estado do Paraná, baseado nos seguintes princípios e garantias:

I - valorização, desenvolvimento e profissionalização dos funcionários da educação básica, reconhecendo a importância da carreira pública e de seus agentes;

II - promoção da qualidade da educação visando ao pleno desenvolvimento da pessoa nela envolvida e seu preparo para o exercício da cidadania;

III - liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e expressar o pensamento, a arte e o saber, dentro dos ideais da democracia;

IV - gestão democrática do ensino público estadual;

V - vencimento digno e desenvolvimento na carreira mediante merecimento, formação e qualificação profissional;

VI - oportunidade de formação e qualificação profissional, através de formação continuada ofertada pela Administração;

VII - definição de atribuições específicas para o exercício de cada função e qualificação profissional dentro de cada área de atuação.

Capítulo III Dos Conceitos Fundamentais

Art. 4º Para efeito desta lei entende-se por:

I - CARGO: centro unitário e indivisível de competência e atribuições de determinado grau de complexidade e responsabilidade, criado por lei, com denominação própria, em número certo e remuneração paga pelo Poder Público, provido e exercido por um titular, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público;

II - PROVIMENTO: ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;

III - VENCIMENTO BÁSICO: retribuição pecuniária pelo exercício de cargo na Rede Estadual de Ensino, correspondente à natureza das atribuições e requisitos de avaliação de desempenho, qualificação profissional e grau de escolaridade;

IV - REMUNERAÇÃO: vencimento de cargo na Rede Estadual de Ensino, acrescido dos adicionais e das gratificações estabelecidas em lei;

V - CARREIRA: conjunto de classes que define a evolução funcional e remuneratória do funcionário, de acordo com o grau de escolaridade, o desempenho e a qualificação profissional;

VI - TABELA: conjunto de matrizes de vencimentos referentes a cada cargo;

VII - CLASSE: divisão da carreira em unidades de avanço funcional;

VIII - EVOLUÇÃO FUNCIONAL: desenvolvimento do funcionário na carreira, mediante critérios de progressão e promoção.

IX - PROGRESSÃO: passagem de uma classe para outra, mediante a combinação de critérios específicos de avaliação de desempenho e participação em atividades de atualização, capacitação e qualificação profissional relacionadas à sua área de atuação.

X - PROMOÇÃO: avanço nas classes da carreira mediante grau de escolaridade e formação profissional;

XI - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: conhecimento específico que orienta a qualificação profissional, mediante realização de cursos de atualização, profissionalização e capacitação, dentre as atribuições previstas no cargo em que o funcionário ocupa na carreira;

XII - QUADRO: conjunto de cargos de provimento efetivo, escalonados em classe.

Capítulo IV Da Estrutura de Cargos

Art. 5º O Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná é integrado pelos cargos de Agente Educacional I e Agente Educacional II, conforme descrição de cargos constante dos Anexos I e II, com suas respectivas atribuições.

Art. 6º O Agente Educacional I tem suas atribuições definidas no Anexo I desta lei e poderá realizar sua qualificação profissional em ou mais das seguintes áreas de concentração:

I - manutenção de infra-estrutura escolar e prevenção do meio ambiente;

II - alimentação escolar;

III - interação com o educando.

Parágrafo Único - Para o ingresso no cargo de Agente Educacional I é exigido ensino fundamental completo.

Art. 7º O Agente Educacional II tem suas atribuições definidas no Anexo II desta lei e poderá realizar sua qualificação profissional em ou mais das seguintes áreas de concentração:

I - administração escolar;

II - operação de multimeios escolares.

Parágrafo Único. Para o ingresso no cargo de Agente Educacional II é exigido ensino médio completo.

Art. 8º O gestor do estabelecimento estimulará a atuação do funcionário em áreas de concentração que atendam à necessidade da educação, valorizando a sua qualificação profissional.

Art. 9º Os cargos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná são

divididos em classe, de acordo com a tabela de vencimentos integrante do Anexo III.

Capítulo V

Do Provedimento e Desenvolvimento na Carreira

Seção I

Do Ingresso

Art. 10. Os cargos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná são acessíveis aos brasileiros natos ou naturalizados, que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo o ingresso na classe inicial de vencimento do respectivo cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, atendidos os requisitos de qualificação profissional e habilitação previstos nos artigos 6º e 7º da presente lei.

§ 1º No edital do concurso referido no *caput* deste artigo, deverá constar o número de vagas a serem providas.

§ 2º As exigências inerentes ao cargo deverão estar satisfeitas e apresentadas até a data da posse, sendo desnecessário apresentá-las por ocasião da inscrição no concurso.

Art. 11. Em caso de vacância, os cargos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná deverão ser supridos por concurso público.

Art. 12. É assegurada a reserva de vagas, conforme estabelecido em lei.

Seção II

Do Estágio Probatório

Art. 13. O estágio probatório é o período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual o Agente Educacional I e o Agente Educacional II são avaliados para atingir a estabilidade no cargo para o qual foram nomeados.

§ 1º Durante o estágio probatório, serão proporcionados meios para a integração e o desenvolvimento das potencialidades do funcionário em relação ao interesse público, com o objetivo de inseri-lo na estrutura e organização do Sistema Educacional e da Administração Pública.

§ 2º Cabe à Secretaria de Estado da Educação garantir os meios necessários para acompanhamento e avaliação do Agente Educacional I e do Agente Educacional II em estágio probatório.

§ 3º Em caso de reprovação na avaliação, o funcionário será exonerado, mediante decisão fundamentada, sendo-lhes asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa.

Seção III

Da Evolução Funcional

Art. 14. A evolução funcional é o desenvolvimento do funcionário na carreira, com avanço nas classes, mediante critérios de progressão e promoção, e está vinculada à quantidade do serviço prestado bem como às melhorias obtidas no ambiente educacional.

Parágrafo Único. A diferença percentual de vencimentos base entre as classes das carreiras de Agente Educacional I e Agente Educacional II é de 3,8% (três vírgula oito por cento).

Art. 15. A progressão na carreira é a passagem de uma classe para outra e ocorrerá mediante a combinação de critérios específicos de avaliação de desempenho e participação em atividades de atualização, capacitação e qualificação profissional relacionadas à sua área de atuação.

§ 1º A avaliação de desempenho deve ser compreendida como um processo permanente, em que o funcionário tenha a oportunidade de analisar a sua prática, percebendo seus pontos positivos e visualizando caminhos para a superação de suas dificuldades, possibilitando, dessa forma, seu crescimento profissional, e será feita mediante critérios objetivos, nos termos da regulamentação específica.

§ 2º A qualificação profissional, visando à valorização do funcionário e à melhoria da qualidade do serviço público, ocorrerá com base no levantamento prévio das necessidades, de acordo com o processo de capacitação desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação ou por iniciativa do funcionário, atendendo com prioridade a sua integração, atualização, aperfeiçoamento e profissionalização.

§ 3º A Secretaria de Estado da Educação incentivará os servidores a participarem de processos de capacitação, ofertados pela administração pública ou iniciativa privada, observadas a compatibilidade de horário de trabalho e a área de atuação.

§ 4º A cada interstício de 02 (dois) anos, o funcionário poderá progredir até 02 (duas) classes, sendo 01 (uma) correspondente à obtenção de conceito satisfatório em avaliação de desempenho, e 01 (uma) correspondente à participação em atividades de atualização, capacitação e qualificação profissional, com carga horária total de no mínimo 40 (quarenta) horas e critérios estabelecidos por meio de resolução.

§ 5º O funcionário terá direito à progressão na carreira em agosto.

Art. 16. A promoção na carreira é o avanço nas classes da carreira mediante grau de escolaridade e formação profissional.

Art. 17. O Agente Educacional I poderá avançar na carreira, por promoção:

I - 7 (sete) classes, se concluir ensino médio;

II - 6 (seis) classes, se concluir curso de formação profissional na Área Profissional 21, consubstanciada em

Serviços de Apoio Escolar, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, com carga horária mínima de 1.200 horas, nos termos da regulamentação vigente.

§ 1º A promoção do Agente Educacional I ocorrerá a qualquer tempo, e será efetivada mediante requerimento devidamente instruído, sendo que, uma vez deferido, a remuneração correspondente será paga retroativamente à data do protocolo.

§ 2º Será respeitado o interstício de um ano entre as promoções realizadas com base nos critérios estabelecidos pelos incisos I e II deste artigo, sendo que na primeira promoção o funcionário deverá utilizar o critério estabelecido no inciso I e, na segunda promoção, deverá utilizar o critério estabelecido pelo inciso II deste artigo.

Art. 18. O Agente Educacional II poderá avançar na carreira, por promoção:

I - 6 (seis) classes, se concluir curso de formação profissional na Área Profissional 21, consubstanciada em Serviços de Apoio Escolar, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, com carga horária mínima de 1.200 horas, nos termos da regulamentação vigente;

II - 5 (cinco) classes, se concluir ensino superior.

§ 1º A promoção do Agente Educacional II ocorrerá a qualquer tempo, e será efetivada mediante requerimento devidamente instruído, sendo que, uma vez deferido, a remuneração correspondente será paga retroativamente à data do protocolo.

§ 2º Será respeitado o interstício de um ano entre as promoções realizadas com base nos critérios estabelecidos pelos incisos I e II deste artigo, sendo que na primeira promoção o funcionário poderá utilizar apenas um dos critérios estabelecidos nos incisos I e II deste artigo e, na segunda promoção, deverá utilizar o critério não utilizado na primeira promoção.

Art. 19. Fica assegurada a participação certificada do funcionário convocado para atividades de formação, atualização, capacitação e qualificação profissional promovidas ou previamente autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação, sem prejuízo funcional e remuneratório.

Art. 20. O funcionário terá direito a promoção e progressão na carreira após o cumprimento do estágio probatório e desde que não esteja aposentado, em disponibilidade ou em licença sem vencimentos para trato de interesse particular.

Art. 21. Não poderá ser utilizado o mesmo certificado, diploma, título ou comprovante de realização de atividades de formação, atualização, capacitação e qualificação profissional para mais de uma forma de avanço na carreira, seja por promoção ou progressão.

Capítulo VI

Da Remuneração e das Verbas Indenizatórias

Art. 22. Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo de Agente Educacional I e Agente Educacional II da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, que compreende o vencimento, valor correspondente à classe em que se encontra na carreira, acrescido do adicional por tempo de serviço e de gratificações previstas em lei.

Parágrafo Único. Sobre o montante da remuneração incidirá contribuição previdenciária mensal, para efeitos de recebimento de proventos de aposentadoria.

Art. 23. O funcionário perceberá adicional por tempo de tempo de serviço, nos termos da Lei nº 6174/70.

Art. 24. O funcionário receberá auxílio transporte correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento inicial, Classe 1, do cargo de Agente Educacional II.

Parágrafo Único. O pagamento do auxílio transporte desobriga a Administração do fornecimento do vale transporte previsto na Lei Federal nº 7418/85 e na Lei Estadual nº 9490/90.

Art. 25. Será devido auxílio alimentação na forma da legislação vigente.

Art. 26. Serão concedidas as seguintes gratificações:

I - para o funcionário no exercício da função de diretor ou diretor auxiliar de estabelecimento de ensino, nos termos da Lei nº 14231/03, com valor igual ao percebido pelo professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, conforme Lei Complementar nº 103/04.

II - para o funcionário no exercício da função de secretário de estabelecimento de ensino, devidamente designado por resolução da Secretaria de Estado da Educação, com valor equivalente a 30% (trinta por cento) do vencimento inicial, Classe 1, do cargo de Agente Educacional II.

III - para o funcionário que laborar no período noturno, com valor de 20% (vinte por cento) sobre as horas trabalhadas a partir das dezoito horas, considerando-se para o cálculo da gratificação o valor correspondente à Classe em que se encontra na Carreira.

Capítulo VII

Do Regime de Trabalho e das Férias

Art. 27. A carga horária dos cargos de Agente Educacional I e Agente Educacional II será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 28. O funcionário da Educação Básica fará jus férias anuais, nos termos da Lei nº 6174/70.

Capítulo VIII

Da Movimentação de Servidores

Art. 29. A movimentação de funcionários entre os estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual será feita desde que exista vaga no cargo e na função correspondente atendendo:

- I - à necessidade da administração;
- II - ao interesse do funcionário.

Capítulo IX

Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 30. Ficam criados 20 (vinte) mil cargos de Agente Educacional I e 15 (quinze) mil cargos de Agente Educacional II para compor o Quadro de Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

Art. 31. Fica assegurado ao Agente Educacional I e ao Agente Educacional II, em disponibilidade funcional para desempenho de mandato eletivo em sindicato ou associação de classe, o direito de promoção e progressão na carreira e retorno à lotação de origem.

Art. 32. Os funcionários integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, regidos pela Lei nº 13666/02, com alterações dadas pela Lei nº 15044/06, em exercício na Rede Pública Estadual de Educação Básica do Paraná, que não optarem, no prazo de 60 (sessenta) dias da entrada em vigor desta lei, pela sua permanência no QPPE ficam automaticamente enquadrados no presente plano de carreira, da seguinte forma:

I - Os atuais ocupantes do cargo de Agente de Apoio ficam enquadrados no cargo de Agente Educacional I, na classe com vencimento igual ou imediatamente superior ao seu vencimento base no QPPE;

II - Os atuais ocupantes do cargo de Agente de Execução ficam enquadrados no cargo de Agente Educacional II, na classe com vencimento igual ou imediatamente superior ao seu vencimento base no QPPE.

§ 1º O candidato aprovado no concurso público de Agente de Apoio ou Agente de Execução, nos termos da Lei nº 13666/02, para prestar serviço na rede Pública Estadual de Educação Básica do Paraná, será investido no cargo de Agente Educacional I ou Agente Educacional II, respectivamente, nos termos desta lei complementar, salvo se optarem, no momento da sua nomeação, pelo provimento no QPPE.

§ 2º O funcionário do QPPE enquadrado neste Plano de Carreira não poderá utilizar, para promoção ou progressão nesta carreira, o mesmo certificado, diploma, título ou comprovante de realização de atividades de for-

mação, atualização, capacitação e qualificação profissional que já utilizou para avançar nas referências salariais ou nas classes do QPPE.

Art. 33. O funcionário que se encontrar, à época da implantação do presente plano de carreira, em licença sem vencimentos para trato de interesse particular, será enquadrado por ocasião da sua reassunção, nos termos desta lei.

Seção II

Das Disposições Transitórias

Art. 34. Participará do primeiro procedimento de progressão e promoção na carreira o funcionário aprovado em concurso público de provas e títulos que estiver em estágio probatório e que tenha prestado serviço ao estado do Paraná, contratado pela CLT por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, bem como pelo Serviço Social Autônomo Paranaeducação e pelas Associações de Diretores de Escolas Públicas de Educação de Jovens e Adultos e, ainda, os contratados em regime especial mediante processo seletivo simplificado, desde que, somando todo o tempo de serviço prestado nessas condições, tenha trabalhado pelo menos 3 (três) anos até a data de sua promoção ou progressão prevista na presente lei.

Art. 35. O primeiro procedimento de promoção neste Plano de Carreira terá início a partir de 120 (cento e vinte) dias da entrada em vigor desta lei, não tendo validade os requerimentos protocolados antes desse prazo.

Seção III

Das Disposições Finais

Art. 36. O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Quadro de Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná será implantado de acordo com as normas estabelecidas nesta lei.

Art. 37. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros condicionados à disponibilidade orçamentária-financeira, ao comportamento da receita, segundo o que serão atestadas pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Fazenda, no estrito e rigoroso cumprimento da execução orçamentária e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101/00.

ANEXO I

Descrição das Atribuições do Cargo de

Agente Educacional I

Do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da

Rede Pública Estadual do Paraná

Denominação do Cargo:
- Agente Educacional I

Áreas de Concentração:

- Manutenção de Infra-Estrutura Escolar e Preservação do Meio Ambiente
- Alimentação Escolar
- Interação com o Educando

Requisitos de Escolaridade Para o Ingresso:

- Ensino Fundamental Completo

ATRIBUIÇÕES

Zelar pelo ambiente escolar, preservando, valorizando e integrando o ambiente físico escolar; executar atividades de manutenção e limpeza, tais como: varrer, encerrar, lavar salas, banheiros, corredores, pátios, quadras e outros espaços utilizados pelos estudantes, profissionais docentes e não docentes da educação, conforme a necessidade de cada espaço; lavar, passar e realizar pequenos consertos em roupas e materiais; utilizar aspirador ou similares e aplicar produtos para limpeza e conservação do mobiliário escolar; abastecer máquinas e equipamentos, efetuando limpeza periódica para garantir a segurança e funcionamento dos equipamentos existentes na escola; efetuar serviços de embalagem, arrumação, remoção de mobiliário, garantindo acomodação necessária aos turnos existentes na escola; disponibilizar lixeiras em todos os espaços da escola, preferencialmente, garantindo a coleta seletiva de lixo, orientando os usuários - alunos ou outras pessoas que estejam na escola para tal; coletar o lixo diariamente, dando ao mesmo o destino correto; executar serviços internos e externos, conforme demanda apresentada pela escola; racionalizar o uso de produtos de limpeza, bem como zelar pelos materiais como vassouras, baldes, panos, espanadores, etc.; comunicar com antecedência à direção da escola sobre a falta de material de limpeza, para que a compra seja providenciada; abrir, fechar portas e janelas nos horários estabelecidos para tal, garantindo o bom andamento do estabelecimento de ensino e o cumprimento do horário de aulas ou outras atividades da escola; guardar sob sua responsabilidade as chaves da instituição, quando for o caso, ou deixar as chaves nos locais previamente estabelecidos; zelar pela segurança das pessoas e do patrimônio, realizando rondas nas dependências da instituição, atentando para eventuais anormalidades, bem como identificando avarias nas instalações e solicitando, quando necessário, atendimento policial, do corpo de bombeiros, atendimento médico de emergência devendo, obrigatoriamente, comunicar as ocorrências à chefia imediata; controlar o movimento de pessoas nas dependências do estabelecimento de ensino, cooperando com a organização das atividades desenvolvidas na unidade escolar; encaminhar ou acompanhar o público aos diversos setores da escola, conforme necessidade; acompanhar os alunos em atividades extraclasse quando solicitado; preencher relatórios relativos a sua rotina de trabalho; participar de cursos, capacitações, reuniões, seminários ou outros encontros correlatos às funções exercidas ou sempre que convo-

cado; agir como educador na construção de hábitos de preservação e manutenção do ambiente físico, do meio ambiente e do patrimônio escolar; efetuar outras tarefas correlatas às ora descritas; preparar a alimentação escolar sólida e líquida observando os princípios de higiene, valorizando a cultura alimentar local, programando e diversificando a merenda escolar; responsabilizar-se pelo acondicionamento e conservação dos insumos recebidos para a preparação da alimentação escolar; verificar a data de validade dos alimentos estocados, utilizando-os em data própria, a fim de evitar o desperdício e a inutilização dos mesmos; atuar como educador junto à comunidade escolar, mediando e dialogando sobre as questões de higiene, lixo e poluição, do uso da água como recurso natural esgotável, de forma a contribuir na construção de bons hábitos alimentares e ambientais; organizar espaços para distribuição da alimentação escolar e fazer a distribuição da mesma, incentivando os alunos a evitar o desperdício; acompanhar os educandos em atividades extracurriculares e extraclasse quando solicitado; realizar chamamento de emergência de médicos, bombeiros, policiais, quando necessário, comunicando o procedimento à chefia imediata; preencher relatórios relativos a sua rotina de trabalho; comunicar ao(a) diretor(a), com antecedência, a falta de algum componente necessário à preparação da alimentação escolar, para que o mesmo seja adquirido; efetuar outras tarefas correlatas às ora descritas.

ANEXO II

Descrição das Atribuições do Cargo de
Agente Educacional II

Do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da
Rede Pública Estadual do Paraná

Denominação do Cargo:

- Agente Educacional II

Áreas de Concentração:

- Administração Escolar
- Operação de Multimeios Escolares

Requisitos de Escolaridade para o ingresso:

- Ensino Médio Completo

ATRIBUIÇÕES

Realizar atividades administrativas e de secretaria da instituição escolar onde trabalha; auxiliar na administração do estabelecimento de ensino, atuando como educador e gestor dos espaços e ambientes de comunicação e tecnologia; manter em dia a escrituração escolar: boletins estatísticos; redigir e digitar documentos em geral e redigir e assinar atas; receber e expedir correspondências em geral, juntamente com a direção da escola; emitir e assinar, juntamente com o diretor, históricos e transferências escolares; classificar, protocolar e arquivar documentos; prestar atendimento ao público, de forma pronta e cordial; atender ao telefone; prestar orientações e esclarecimentos ao público em relação aos procedimentos e

atividades desenvolvidas na unidade escolar; lavrar termos de abertura e encerramento de livros de escrituração; manter atualizados dados funcionais de profissionais docentes e não docentes do estabelecimento de ensino; manter atualizada lista telefônica com os números mais utilizados no contexto da escola; comunicar à direção fatos relevantes no dia-a-dia da escola; manter organizado e em local acessível o conjunto de legislação atinente ao estabelecimento de ensino; executar trabalho de mecanografia e de reprografia; acompanhar os alunos, quando solicitado, em atividades extraclasse ou extracurriculares; participar de reuniões escolares sempre que necessário; participar de eventos de capacitação sempre que solicitado; manter organizado o material de expediente da escola; comunicar antecipadamente à direção sobre a falta de material de expediente para que os procedimentos de aquisição dos mesmos sejam realizados; executar outras atividades correlatas às ora descritas; catalogar e registrar livros, fitas, DVD, fotos, textos, CD; registrar todo material didático existente na biblioteca, nos laboratórios de ciências e de informática; manter a

organização da biblioteca, laboratório de ciências e informática; restaurar e conservar livros e outros materiais de leitura; atender aos alunos e professores, administrando o acervo e a manutenção do banco de dados; zelar pelo controle e conservação dos documentos e equipamentos da Biblioteca; conservar, conforme orientação do fabricante, materiais existentes nos laboratórios de informática e de ciências; reproduzir material didático através de cópias reprográficas ou arquivos de imagem e som em vídeo, slides, CD e DVD; registrar empréstimo de livros e materiais didáticos; organizar agenda para utilização de espaço de uso comum; zelar pelas boas condições de uso de televisores e outros aparelhos disponíveis nas salas de aula; zelar pelo bom uso de murais, auxiliando na sua organização, agir como educador, buscando a ampliação do conhecimento do educando, facilitada pelo uso dos recursos disponíveis na escola; quando solicitado, participar das capacitações propostas pela SEED ou outras de interesse da unidade escolar; decodificar e mediar o uso dos recursos pedagógicos e tecnológicos na prática escolar; executar outras atividades correlatas às ora descritas.

ANEXO III
TABELA SALARIAL DO PLANO DE CARREIRA DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO

	Agente Educacional I	Agente Educacional II
Classe	Nível	Nível
1	629,34	944,01
2	653,25	979,88
3	678,08	1.017,12
4	703,85	1.055,77
5	730,59	1.095,89
6	758,35	1.137,53
7	787,17	1.180,76
8	817,08	1.225,63
9	848,13	1.272,20
10	880,36	1.320,54
11	913,82	1.370,72
12	948,54	1.422,81
13	984,59	1.476,88
14	1.022,00	1.533,00
15	1.060,84	1.591,25
16	1.101,15	1.651,72
17	1.142,99	1.714,49
18	1.186,43	1.779,64

ANEXO III
TABELA SALARIAL DO PLANO DE CARREIRA DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO

	Agente Educacional I	Agente Educacional II
19	1.231,51	1.847,26
20	1.278,31	1.917,46
21	1.326,88	1.990,32
22	1.377,30	2.065,96
23	1.429,64	2.144,46
24	1.483,97	2.225,95
25	1.540,36	2.310,54
26	1.598,89	2.398,34
27	1.659,65	2.489,48
28	1.722,72	2.584,08
29	1.788,18	2.682,27
30	1.856,13	2.784,20
31	1.926,66	2.890,00
32	1.999,88	2.999,82
33	2.075,87	3.113,81
34	2.154,76	3.232,13
35	2.236,64	3.354,95
36	2.321,63	3.482,44

À Diretoria Legislativa.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 193/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior Lygia Pupatto a implantação de um sistema de bolsas de iniciação científica ou bolsas de extensão em instituições de ensino sem fins lucrativos voltadas a acadêmicos oriundos de classes menos favorecidas e que sempre estudaram em escolas públicas no estado do Paraná.

Sr. Governador, Srs. Secretários:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e à Secretária de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior Lygia Pupatto a

implantação de um sistema de bolsas de iniciação científica ou bolsas de extensão em instituições de ensino sem fins lucrativos voltadas a acadêmicos oriundos de classes menos favorecidas e que sempre estudaram em escolas públicas no estado do Paraná, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

1) Cenário

Na última década ocorreu uma expansão no número de Instituições de Ensino Superior, antes em termos de IES privadas e nos últimos anos de IES públicas, ainda assim, uma ingente maioria da população não tem acesso ao ensino superior, o qual é privilégio de uma minoria da população brasileira.

Nesse cenário, é mister considerar que, mesmo com o aumento das vagas nas IES públicas, estas não atendem todas as cidades do estado, além do que, os cidadãos menos privilegiados não tem condições de deslocar-se para os locais onde essas IES ofertam vagas. Outra situação é que muitas das IES citadas ofertam cursos em

tempo integral, o que impossibilita que o acadêmico trabalhe para manter-se em suas demais necessidades.

Analisando as demandas econômicas e sócio-educativas, bem como os Índices de Desenvolvimento Humano de determinadas regiões do estado, é mister uma intervenção mais equânime do Governo, se fazendo presente no ensino superior também através de IES sem fins lucrativos, as quais são voltadas ao desenvolvimento humano, local e regional.

2) Alternativas

Uma das alternativas para isso seria a concessão, por parte do Governo, de bolsas de iniciação científica ou bolsas de extensão voltadas a acadêmicos oriundos de classes menos favorecidas e que sempre estudaram em escolas públicas, para que os mesmos possam estudar em cursos superiores de instituições de ensino sem fins lucrativos e com comprovada inserção em termos de ações comunitárias voltadas a promoção humana.

O financiamento do Governo do estado deveria ter como prioridade regiões de baixo desenvolvimento humano, podendo, a cada ano, se voltar a áreas específicas indicadas pelos baixos índices.

Na região de Palmas, por exemplo, os focos poderiam ser: Saúde, Educação, pequenas empresas, economia familiar, agricultura orgânica.

3) As Bolsas de Pesquisa/Extensão

A duração da bolsa poderá ser anual e contemplar uma carga horária semanal de trabalho em pesquisa ou extensão comunitária, de forma muito bem direcionada que os projetos provocassem mudanças sócio-econômicas, educacionais e culturas de envergadura nas comunidades de receptoras dos projetos.

4) As IES

O número de IES Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas no Paraná segundo a Sinopse Estatística (senso da educação Superior de 2004, MEC/INEP) é 21 no total, das quais 10 estão localizadas na capital e 11 no interior do estado.

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 194/08

SÚMULA:

Solicita a construção de um hospital no bairro Jardim Alvorada, no município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - A construção de um hospital no bairro Jardim Alvorada, no município de Maringá.

II - A construção de um hospital no município de Maringá virá atender as inúmeras e urgentes reivindicações dos moradores do bairro Jardim Alvorada e da população maringaense num todo.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2167

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição do interstício.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2142

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aloisio Lesniovski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2143

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da menor Tamires Gabriele Nascimento, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2144

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Zulmira Carneiro de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2145

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dair Ferreira Gonçalves, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2146

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ber-

nardina Lucaschinski Hilgemberg, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2147

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Marlene Gomes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2148

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Joana Scheiffer, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2149

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Beltrão Galvão, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2150

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Vieira da Rosa, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2151

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ignes Petrokowicz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2152

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Anderson José Cunha, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2153

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Olivia Pinheiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2154

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aleixo Rodrigues, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2155

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bruno Rega, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2156

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Angelica de Jesus Fernandes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2154

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Pedro Ivo e a Assembléia Legislativa do Paraná rendem homenagem ao Soldado José Romero Novinski, 45 anos, dedicou-se por 20 anos a Polícia Militar e que no dia 16/08/08 foi assassinado no exercício de sua função quando atendia uma ocorrência no bairro d'Areia e que se confrontando com um elemento armado e o mesmo de maneira surpreendente desferiu um tiro a cabeça do Soldado José Romero Novinski, que mesmo atingido de forma fatal ainda reagiu atirando em seu algoz.

Diante da bravura do Soldado da Polícia Militar do Paraná, no município de União da Vitória, a Assembléia Legislativa do Paraná rende homenagem a este ato

heróico e ao mesmo tempo presta votos de profundo pesar a todos os seus familiares.

Sendo o que se apresenta para o momento renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PEDRO IVO

REQUERIMENTO Nº 2159

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações aos 75 anos de fundação da Dr. Waldemiro Pereira - Homeopatia.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Waldemiro Pereira, nasceu em 19/02/14 em Cerro Azul no Paraná, um dos mais conhecidos e estimados homeopatas que o país já teve.

Com apenas 12 anos de idade, iniciou suas atividades na única farmácia homeopática da capital paranaense. Em 1933, já como farmacêutico homeopata, este mesmo estabelecimento passou a lhe pertencer e mais tarde recebeu o nome de "Farmácia Nacional de Homeopatia", marcando o início de uma história de muito trabalho e dedicação. Seguindo suas crenças e valores, retornou aos estudos em 1944 na Universidade Federal do Paraná, onde obteve o grau de Doutor em Medicina e Especialista em Homeopatia, área em que se destacou durante toda sua vida.

Em sua homenagem, em 10/04/77, seus filhos Dicésar Waldemiro Caram Pereira, Washington Luis Pereira, inauguraram a primeira clínica homeopática de Curitiba, a Clínica Dr. Waldemiro Pereira Homeopatia, o que deu início a uma nova etapa de trabalho e crescimento da homeopatia no Paraná e no Brasil.

Desde sua fundação, em 1933, a Dr. Waldemiro Pereira - Homeopatia participa ativamente da história da homeopatia no Brasil. O ano de 2008 marca, além das celebrações de 75 anos de tradição da empresa, o desenvolvimento de importantes ações que permitem levar ainda mais adiante o legado do Dr. Waldemiro Pereira.

REQUERIMENTO Nº 2164

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Stênio Jacob, para que a empresa efetue a liberação dos recursos para a implantação da rede de água nas Comunidades de Colônia Bromado e Coxilhão das Ameixeiras.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Os projetos já estão prontos, faltando somente a liberação dos recursos.

REQUERIMENTO Nº 2165

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Stênio Jacob, para que a empresa efetue a medição da vazão do poço artesiano de Santa Rosa, no município de São João.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

As famílias desta localidade não dispõem de distribuição de água, por este motivo é de máxima urgência e medição, uma vez que para ser concluído o projeto de distribuição de água nesta localidade há dependência deste serviço.

REQUERIMENTO Nº 2168

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, com o intuito de dar sustentáculo ao pleito de vendedores de pinhão, ligados a ASSOPINHO, Associação dos Pinhoneiros de Tijuca do Sul e São José dos Pinhais, que pretendem regularizar atividade, junto à Concessionária responsável pela rodovia, onde praticam a tradicional mercancia há mais de 40 (quarenta) anos, comercializando o produto nas margens da rodovia BR-376, no trecho entre os municípios de São José dos Pinhais e Tijuca do Sul.

Solicito a especial gentileza em notificar a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, acerca do requerimento em apreço.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) ALEXANDRE CURI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 355/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica - Missão Shalon, com sede e foro no município de Piraquara.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Terapêutica - Missão Shalon, é uma entidade beneficente sem fins lucrativos, que tem por finalidade precípuas a recuperação e reintegração à sociedade de pessoas dependentes de substâncias psicoa-

tivas, desenvolvendo suas atividades sem discriminação de raça, cor ou religião, contando para o desenvolvimento de seus objetivos de uma equipe técnica formada por profissionais tais como: psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, teólogos e técnicos de reabilitação em dependência química.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a Comunidade Terapêutica - Missão Shalon do município de Piraquara.

PROJETO DE LEI Nº 356/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Beneficente Lua Nova, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Lua Nova é uma instituição educacional e de assistência social que auxilia crianças carentes e suas famílias, sendo de grande utilidade para a sociedade pontagrossense.

Além de oferecer e desenvolver a Educação para o exercício da cidadania a inclusão social, a Associação Beneficente Lua Nova promove ações de proteção da família, realizando palestras, cursos e ainda mantendo unidades de serviços para que crianças de 01 (um) a 06 (seis) anos, sejam assistidas pela instituição em programas de educação, confraternização, convivência e lazer.

Assim, tendo em vista o importante papel que a citada instituição desempenha no combate à marginalização de crianças e adolescentes, e ainda, diante do cumprimento de todos os requisitos legais exigíveis para a sua declaração como de utilidade pública, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposta legislativa que ora apresento.

PROJETO DE LEI Nº 357/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado Colégio Estadual Lindamir Alberti - Ensino Fundamental e Médio, o atual Colégio Estadual Esperança Ensino - Fundamental e Médio, localizado no município de Colombo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com objetivo de denominar o estabelecimento escolar localizado no município de Colombo, de Colégio Estadual Lindamir Alberti - Ensino Fundamental e Médio, atendendo a solicitação da comunidade de Colombo e região, homenageando uma figura religiosa maravilhosa que muito fez pelo povo daquele município paranaense, conforme demonstra o seu currículo que estamos anexando ao plano de lei.

Sendo assim, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 358/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Associativa Guarani, com sede e foro no município de Colombo, à rua Domingos Jorge Velho, nº 14, Vila Guarani.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A presente instituição, sem fins lucrativos, tem por finalidade o desenvolvimento de ações sociais voltadas à promoção humana, principalmente ao jovem, ao deficiente e ao idoso, o incentivo ao voluntariado, a promoção social através de ações concretas e dinâmicas.

Desta forma esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para que possamos aprovar a presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra a Sra. Deputada Cida Borghetti.

Deputada Cida Borghetti (PP)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Quero primeiramente saudar o professor José Lemos, Presidente da APP - Sindicato, em seu nome saudar todos os professores, professoras que abrilhantam esta Casa de Leis, a Casa portanto de todos os paranaenses, sejam todos muito bem-vindos; saudar o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Nelson Justus; os nossos representantes, Deputados e Deputadas desta Casa.

Quero dizer que faço uso da tribuna, Deputado Enio Verri, você que junto conosco, Deputado Nishimori, Deputado Dr. Batista, representamos a cidade de Maringá, representamos grande parcela do estado do Paraná nesta Casa de Leis, portanto, representamos também os professores e os educadores. Quero dizer que temos um compromisso com os professores, com os educadores, e apresentamos há praticamente um ano atrás a PEC, Emenda Constitucional nº 088, e tivemos, Líder Rossoni, nosso Líder Romanelli, Líder hoje Elio Rusch, que tão bem conhece da matéria, apresentamos a esta Casa de Leis, e não foi surpresa, tivemos o apoio de todos os demais Parlamentares desta Casa, e o Deputado, professor Péricles de Mello, e não seria diferente, defendeu a nossa PEC, como o Relator, Deputado Luiz Eduardo Cheida, e puderam, incansavelmente, subir à tribuna e manifestar aqui, o professor Luizão também, com propriedade, com discernimento, com sabedoria, Deputada Luciana, puderam colocar aqui o seu ponto de vista e defender os professores que tanto lutam para educar os nossos filhos, educar portanto a população do Paraná, trilhando assim uma Educação melhor, um povo mais culto, e para isso defendemos a classe dos professores, Deputado Belinati.

Mas hoje, Presidente Nelson Justus, o senhor educador que é também, vem de uma família de professores, eu estava esperando, com todos os demais professores aqui, que no dia de hoje pudéssemos apreciar a tão esperada PEC 88, essa Proposta de Emenda Constitucional nº 088/07, mas não foi possível na tarde de hoje.

Faço aqui, portanto, um apelo a V. Exa., e tenho certeza que os professores e o próprio professor José Lemos, também na tarde de ontem pudemos estar com V. Exa., com o Líder Romanelli, e pedimos que V. Exa. converse com o Governador do Estado do Paraná, que é conhecedor da matéria e que entende, portanto, da necessidade de aprovarmos esta importante matéria.

Quero dizer que faz justiça, sim, com os professores que ocupam cargos de direção, de coordenação, de assessoramento pedagógico e não têm o direito à aposentadoria especial. Mas pedimos a V. Exa. que inclua esta matéria em pauta. Sabemos que o Governador conhece essa distorção em relação aos professores, pois a Lei nº 11301 foi publicada em 2006, e muitos municípios do estado já aplicam a alteração da LDB, que concede o tratamento igualitário aos professores na aposentadoria especial.

(Lê):

“Em razão do exposto, pedimos o compromisso do Sr. Presidente com os professores e com os Deputados que se empenham nessa luta.

Pedimos a V. Exa. que aguarde até o dia 8 de setembro para que o Governo do Estado publique decreto e restabeleça a justiça para os professores, aplicando no estado do Paraná a Lei Federal nº 11301, de 2006.

Caso não seja aplicada Lei nº 11301/06 até o dia 8 de setembro, pedimos ao Presidente desta Casa que

inclua na pauta de votações do dia 9 de setembro a Proposta de Emenda Constitucional nº 088/07.

Peço ao Presidente desta Assembléia que assuma esse compromisso com os professores e com os Deputados. Não posso deixar de agradecer aos Deputados que se manifestaram a favor da PEC 88, bem como do Presidente da Comissão Especial que relatou a proposta, Deputado Péricles e ao Relator da matéria, Deputado Cheida.

O trabalho desses Deputados foi brilhante e merece nosso reconhecimento.”

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, professores e funcionários da Educação do estado do Paraná.

Quero dar os parabéns à APP-Sindicato por toda essa luta. Uma luta de muitos anos, de maneira especial à reposição salarial, que é um direito, que é um justo e junto com isso o plano de Carreira dos funcionários da Educação. Parabenizo todos vocês, em especial, porque lutaram, porque souberam se organizar, porque fortaleceram a sua entidade, que é a APP-Sindicato. Valeu a luta! E hoje estamos felizes em votar esses projetos. Projetos que contemplam também o ensino superior do Estado.

E é muito importante reconhecer aqui o esforço do Governador Roberto Requião, que tem dialogado bastante com a APP-Sindicato. Sabemos que quando o Governador assumiu existia uma defasagem de 55%. A partir de hoje, com a votação desse projeto, restam ainda 25%. Acreditamos que até o final do Governo, conseguiremos aprovar nesta Casa a equiparação salarial.

Um dos assuntos que me traz à tribuna hoje, além dessa satisfação de poder votar um projeto tão importante e essa conquista tão grande para os nossos professores, para os nossos funcionários das escolas, também registrar a minha indignação com a notícia que recebi, há poucas horas, de um despejo que está acontecendo no município de Reserva do Iguaçu. Um despejo que sabíamos que iria acontecer, já havia essa ordem de desapropriação, mas tínhamos conversado bastante para que não acontecesse nada de ruim às pessoas que lá estão e, muitos menos, ao que essas pessoas já produziram nessa área.

Existem três acampamentos em Reserva do Iguaçu e que estão sendo despejados, na manhã de hoje, a partir das 6h da manhã. Claro que não está acontecendo nada com as pessoas, mas, infelizmente, a notícia que nos chega é que, logo que as famílias saem, os barracos estão sendo queimados. A notícia que me chegou, agora a pouco, é que o paiol que as famílias tinham construído lá na propriedade, está sendo queimado com todo milho que

tinha alojado, que é a safra do nosso agricultor, é o produtor do nosso agricultor. Então, se realmente isso se comprovar, quero dizer que ficamos muitos sentidos. Não podemos concordar, de forma alguma, que aconteça isso. Até entendemos que havia essa ordem de despejo, mas que não ocorresse dessa forma.

Esperamos que, realmente, não seja dessa forma, porque é muito triste saber que as famílias que estão lá, há dois anos, trabalhando, produzindo, sejam tratadas dessa forma. É correto que ainda é um acampamento, não é um assentamento, mas as famílias estavam produzindo e não podemos concordar que sejam despejadas dessa forma, sem poder tirar o seu produto, a sua safra, mal tirando seus pertences dos barracos. Então, isso nos deixa indignados. Não podemos concordar, de forma alguma.

Quero deixar este registro e esperamos que isso não aconteça mais no nosso estado, porque a reforma agrária tem sido, sim, a saída do nosso país, pois tem contribuído muito para que diminua a desigualdade social no nosso país. As pessoas têm o direito de poder continuar na terra, de poder produzir, de poder plantar, de poder viver com dignidade.

Sabemos que tem todo um processo legal, sabemos que essa área ainda precisa ser legalizada com assentamento, mas é um acampamento de cerca de dois anos e que, pelo menos até agora, não se comprovou a legalidade das matrículas dessa área. Então, não podemos concordar que isso venha ocorrer no nosso estado do Paraná.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito Obrigada, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, terceiro orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Enio Verri.

Deputado Enio Verri (PT)

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas. Cumprimento, em especial, os companheiros do PT de Altônia aqui presentes. Sejam bem-vindos! Quero cumprimentar, também, os professores da rede estadual de ensino aqui presentes. Companheiro Lemos, Presidente da APP; um especial cumprimento ao companheiro Éder, Presidente do SINDIMAR e aos companheiros da UEL, também presentes.

Ontem, lendo a reportagem da Folha de São Paulo, temos um dado bastante interessante: houve um aumento de 50% do número de estudantes pobres no ensino superior. De 2004 a 2006, estudantes com renda familiar com menos de três salários-mínimos foram ampliados em 50%. Para quem pensa no desenvolvimento do país, para quem pensa na construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, é uma notícia que me deixa muito feliz, olhando o Brasil que caminha para a construção da igualdade e da fraternidade.

Hoje, também, esta Casa vive um momento de muita alegria para nós professores. Eu diria aos meus colegas Deputados e à Plenária aqui presente, numa visão muito individualista e particular, que na minha casa é dia de festa, porque a minha esposa é Diretora de uma escola estadual de CEEBJA de Maringá, eu sou professor universitário, e acho que hoje podemos celebrar a luta dessas categorias, uma grande conquista. A conquista dos companheiros e companheiras da rede de ensino conseguindo mais esses 10%, os número de quadras cobertas, o número de escolas, os 12 centros científicos, o quadro de carreira do trabalhador. Isso, sem dúvida nenhuma, é um grande avanço e faz com que o estado do Paraná torne-se ainda mais um grande marco de desenvolvimento, de luta e de igualdade pela justiça.

Para nós do ensino superior e como ex-Secretário do Planejamento, também vivo um momento de muita felicidade, porque em nossa gestão, e aqui tenho destacado o trabalho da professora Lygia, nossa Secretária de Ensino Superior, e a Dra. Maria Marta, Secretária da Administração, que, em conjunto com a Secretaria de Planejamento, formou esse grande grupo de debates que conseguiu resultar no que vamos votar hoje.

Acredito, colegas Deputados, colegas que estão aqui presente, que para nós do ensino superior não é o aumento dos nossos sonhos, não é a conquista das nossas vidas, mas é um grande salto de qualidade e, principalmente, abre um grande canal de debate para que tenhamos o ensino superior ainda mais qualificado, com mais competência, o que já é marca das nossas universidades estaduais.

Para encerrar, só queria dizer que ficamos aqui com um pequeno vácuo, que seria importante pensar como vamos construir essa alternativa e faço aqui um apelo ao Governo Roberto Requião, que é a preocupação com a aposentadoria dos Diretores e Diretoras de escolas. A maioria dos estados da federação já têm esse direito, tem uma lei federal que o Presidente Lula sancionou há algum tempo e o Paraná precisa adequar-se a isso. É fundamental que façamos a seguinte reflexão: o Diretor, a Diretora de escola, faz um trabalho complementar, é concursado para ser professor, mas coloca-se a serviço daquela escola trabalhando uma carga horária muito superior a que deveria trabalhar, porque a dedicação é muito grande. Enfrenta problemas que em manual nenhum está escrito, enfrenta dificuldades, inclusive, com a crise de valores com que vive a nossa sociedade, com o problema das drogas porque passam as nossas colegas, e ele perde direito ao invés de conquistar direitos.

Tivemos aí uma grande injustiça e espero que, ou via nossa Casa, a Assembléia Legislativa, ou por sensibilidade do Governador, e por uma alternativa interna administrativa, seja solucionado esse grande problema. E aí, sim, dessa maneira, poderemos festejar, hoje, ou o mais rápido possível, uma grande conquista da Educação no Paraná.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quarto orador inscrito é o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Dr. Batista, Deputada Luciana Rafagnin, professor José Lemos, diretoria da APP, diretoria e membros da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, APP-Sindicato, professores, professoras, Diretores, Diretoras, pedagogas, pedagogos, Coordenadores, Coordenadoras.

Inicialmente, Presidente, o professor Alcântara me telefonou, preocupado que a matéria que vamos votar não contemplasse os inativos e os pensionistas. O professor pode ficar tranqüilo que os inativos e os pensionistas estão contemplados.

Quer honra, Presidente, para esta Casa, receber a visita de tão ilustres educadores, alguns de Curitiba, região metropolitana, mas muitos vieram do interior, de cidades distantes da capital.

Presidente Nelson Justus, o empresário de televisão Silvio Santos, quando tinha um quadro na televisão chamado Porta da Esperança, levou uma garota, uma criança, ela foi contemplada para participar da Porta da Esperança, e eu em casa, com a minha família, fiquei ansioso para saber o que aquela menina iria pedir para o Silvio Santos. Será que um carro para a família? Uma casa? Uma viagem para a Disney? E de repente aquela garota, cuja família morava em uma cidade e se mudou para uma outra distante, o sonho dela era tão-somente não um bem material, que o Silvio Santos, através da Porta da Esperança, proporcionasse a oportunidade dela reencontrar a sua primeira professora. Que coisa maravilhosa! Vemos tantas crianças, adolescentes, jovens, que se apegam muito mais com o professor, ou com a professora, do que com a sua própria família. Os professores são, muitas vezes, o ombro amigo, porque muitas vezes o calor humano não existe dentro de casa. Há várias questões para analisarmos.

Antes de eu ser Prefeito de Londrina, por três mandatos, muitos professores e professoras prestavam concurso para a Prefeitura de Londrina, como “quebra galho” e como ponte, para depois tentar entrar no estado, que pagava bem. A Prefeitura não. nobre Parlamentares, com o passar do tempo, a APP-Sindicato sabe disso, houve uma inversão. Fomos corrigindo por dever de justiça, de mérito, o salário dos professores municipais de Londrina, e Deus nos abençoou. O salário da Prefeitura de Londrina, no meu mandato de Prefeito, passou a ser, segundo o Conselho Federal de Educação, o segundo melhor salário do Brasil, maior do que pagava o Governador de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Paraná, o Prefeito de São Paulo, de Belo Horizonte e do Rio de

Janeiro. Apenas Betim era o primeiro salário e Londrina o segundo melhor salário.

No próprio estado, ainda hoje, vemos muitos professores e professoras que se aposentam depois de 35 anos de trabalho, ganhando R\$ 1.200, R\$ 1.300. Para quê dá isso, minha gente? É uma sobrevivência! É para ter, na aposentadoria, uma vida compatível com o direito e a luta que o professor tem.

Quando citei a história da menininha que queria apenas reencontrar a sua primeira professora, é para destacar que o professor, nobres Deputados, também têm que preparar e corrigir provas, as tarefas, e tem os que recebem o carinho dos alunos, mas tem também os capetinhas, que não para a escola apenas para infernizar o professor, e os desocupados, que vão para a escola com revólver, peixeira, faca. Tem gente que é equivocado e acha que o professor trabalha só quando está na sala de aula.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Tivemos casos no Paraná de assassinato. Uma professora da minha cidade de Londrina foi assassinada na porta da escola. É uma violência! Estamos falando desse outro lado da escola, para dizer que tudo isso gera uma tensão, um estado emocional muito forte ao educar e à educadora. Muitas vezes voltam para casa com as alegrias, as flores, poesias e poemas que receberam dos alunos. Mas de vez em quando voltam nervosos, aborrecidos, com as pedradas e ofensas daquele que está na escola apenas para ocupar lugar, para arrumar confusão com colegas e até mesmo para atrapalhar a vida do professor e da professora. Tenho cinco irmãos professores e vejo muitos amigos, professoras e professores, que terminam a sua vida à base de calmante, muitas vezes para poder dormir.

Por isso, nobre Presidente Nelson Justus, até o nome de V. Exa. se aplica à matéria que vamos votar hoje. É uma pequena homenagem à esta valorosa categoria de educadores. Temos que fazer o melhor pelos nossos professores, pelas nossas professoras. Pagar bem é o mínimo que devemos fazer. Evidente que não é só o salário que devemos dar aos nossos educadores. E quando se fala aqui nesse projeto que vamos votar 10% de aumento, não pensem, nobres Deputados, que isso vai deixar professor rico, não! Isso não cobre em nada a perda salarial que os professores estão tendo ao longo de muito anos. É uma fatia muito pequena, mas é o mínimo que devemos fazer para começar, de fato, o Poder Público, dar o valor que os membros do magistério são merecedores, por parte do Governador, por parte do Executivo e também desta Casa de Leis. Apenas lamentamos que vamos conceder um benefício pela metade.

A PEC da nobre colega Cida Borghetti, de maneira inteligente, sábia e justa, que estenderia também este benefício para Diretores, Diretoras, pedagogo, pedagogo-

gas, Coordenadores e Coordenadoras, ocupei esta tribuna ontem para acenar a minha intuição que esta PEC hoje não seria votada. Sentimos no ar a fumaça. E hoje se concretiza. Volto, 24 horas depois, à mesma tribuna para dizer que o discurso que fiz ontem, lamentando já com antecedência que esta outra PEC não seria colocada na pauta de votação, concretizou-se o que afirmei. Antecipei ontem desta mesma tribuna. O desejo dos nobres professores, professoras, pedagogos, pedagogas, Diretores, Diretoras, Coordenadores e Coordenadoras é que não engavetemos, não enterremos essa PEC. Vamos conceder um benefício amplo, vamos agradecer ao magistério de um modo geral. Não vamos conceder benefício parcial, pela metade. Para que desagradar um segmento do magistério?

Os nobres professores estão pedindo que esta PEC, já que não será votada hoje, seja colocada aqui na pauta de votação do dia 9, quando virão professores, professoras pedagogos, pedagogas, Coordenadores, Coordenadoras do Paraná inteiro, para dialogar e pedir a cada Parlamentar que aprovem também esta PEC que é oportuna, inteligente, humana, para que de fato se reconheça o grande valor, o grande mérito desta gente que tem dedicado a sua vida a educar, a preparar as nossas crianças, os adolescentes, os jovens, para o Brasil de hoje e de amanhã. Graças a esses mestres, que temos então a certeza de que a nossa juventude está indo para o bom caminho, muito bem preparada, com alto nível de Educação. Os professores estão fazendo a sua parte e que nós possamos, hoje ou no dia 9, fazer também a nossa parte por inteiro, dando todos os benefícios que os nobres membros do magistério do Paraná têm direito.

É esse o nosso apelo. Eu e nossos Deputados, Cida Borghetti, Duílio Genari, Ney Leprevost, da Banda do Partido Progressista, votaremos hoje com esse projeto do Executivo. E no instante em que a PEC for colocada aqui, vamos até agradecer a Deus pelo privilégio de poder votá-la também e dizer um dia que estivemos aqui como Deputados e fizemos a nossa parte com a aprovação dessas matérias, num gesto de gratidão ao que cada mestre tem feito, e com grande competência, pela Educação do Paraná.

Contem conosco, membros do magistério.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero cumprimentar, como já foi feito aqui pelos Deputados e pela Deputada que me antecederam, os professores da APP, os pedagogos que têm hoje, sem dúvida nenhuma, não apenas um dia importante de votação neste plenário, mas também um dia que consolida uma luta

feita pelos funcionários das escolas, pelos professores, mas, principalmente, lembrar dos funcionários das escolas, das funcionárias das escolas que, durante muito tempo, pela APP e pelo Valdivino, que é um companheiro que se esforçou muito, caminhou muito, aliás, caminhou de Ponta Grossa para cá, algumas vezes, junto com funcionários e professores, para que pudéssemos estar votando a matéria que vamos votar hoje.

Mas, infelizmente, Sr. Presidente, o dia de hoje, como a Deputada Luciana, que antecedeu, já falou, que é um dia de festa para os professores e funcionários, não é um dia de festa para os trabalhadores rurais, Deputado Péricles, do sudoeste do estado.

Ontem o Prefeito de Reserva do Iguaçu esteve aqui, acompanhado com diversas lideranças do MST, sabendo que em três fazendas do sudoeste seria feito o despejo no dia de hoje. Esteve para que pudessem negociar a condição de retirada dos pertences daquelas famílias, que na maioria absoluta das vezes não têm nada, nada, nada, a não ser meia dúzia de bens que estão ali naquele barraco.

Dia 30 de julho estivemos em Foz do Jordão, quando ocorreu uma desocupação de 80 famílias. Oitocentos policiais estiveram presentes para fazer a desocupação. Ficamos até por volta de meio-dia e meia e a desocupação, até aquele momento, foi feita de forma pacífica. Não houve queima de barraco, não houve nenhum tipo de violência contra pessoas que estavam ali, até porque estavam procurando as lideranças e elas saíram antecipadamente, mas foi a partir do momento que saímos para fazer Audiência Pública em Francisco Beltrão, justamente sobre a criminalização dos movimentos sociais, pouco tempo depois, questão de uma hora, Deputado Péricles, a Polícia já havia se manifestado, dizendo que queimaria os pertences que haviam ficado. Tivemos que intervir novamente e ainda assim parte das cestas básicas que estavam lá foram queimadas.

Hoje, as informações que a Deputada Luciana nos passou, estamos tentando entrar em contato com o Ouvidor Geral do INCRA aqui do Paraná, é que a partir das 6h da manhã o policiamento esteve presente novamente, da forma como sempre faz, com a RONE, com o Choque, com o Tático Móvel, com o canil, com centenas de policiais do estado do Paraná todo, com uma série, um aparato grande que, aliás, é a prática de Secretaria da Segurança Pública e nós não temos, absolutamente, que fazer nenhum tipo de contestação aqui, porque este é um outro espaço, em outro momento.

O que nos surpreendeu, e foi isso que a Deputada Luciana trouxe aqui, é que por não haver ninguém presente, Srs. Deputados, ninguém presente, nenhum Deputado, nenhuma Deputada, nem o Ouvidor do INCRA, todos os pertences dessas pessoas foram queimados. Todos. A Deputada Luciana veio aqui nesta tribuna, fez esta afirmação, recebeu uma ligação agora dizendo que não foram os policiais que queimaram, eles apenas acompanharam, porque quem queimou foi a dona da fazenda.

Meu Deus do céu, como que uma pessoa pode entrar e queimar paiol de milho, queimar cesta básica, queimar documento, vocês que são professores, são educadores, imaginem crianças que perdem todo o seu histórico escolar, todos os seus cadernos, tudo o que têm durante dois anos, porque a Polícia não podia fazer nada, que a dona da fazenda resolveu meter fogo em tudo! Mas quando é para pegar sem-terra, a Polícia é eficiente. Que Polícia é esta que temos no estado do Paraná? Uma única mulher, Deputado Péricles, ordena a queima de todos os bens dessas pessoas e 800 policiais não são capazes de impedi-la? Que Justiça é esta que temos no estado do Paraná?

Ninguém está dizendo aqui que as pessoas tinham que sair, ou tinham que ficar, porque esse é um outro debate. Agora, me surpreende que o Comandante da Polícia, naquele momento, não tenha conseguido evitar e dar o mínimo de segurança para que as pessoas pudessem se retirar com dignidade, para que as pessoas pudessem retirar a mesa, o colchão, o caderno, o mínimo de roupa que carregam, o pouco de milho que tinham plantado.

Tem alguns que acham bacana isso, acham bacana, acham legal que peguem essas pessoas e joguem pela estrada. Eu não acho isso, fico indignado, como a Deputada Luciana fez aqui! Vamos solicitar uma audiência com o Governador Requião. Não dá para dizer aqui uma coisa e a Polícia, o aparato do estado, fazer outra! Ou temos uma relação de dignidade com estas pessoas que estão sendo desalojadas, ou não vamos ter mais nada, porque não dá para fazer um discurso e ter outra prática. Independente do lado que estivermos, em nenhum momento, quando a Polícia foi prender o Sr. Nagi Nahas, botou fogo na casa dele. E talvez aquela casa tivesse que ser muito mais queimada do que as centenas de pessoas que hoje não têm mais nada, porque a dona da fazenda resolveu que não tinham que ficar ali mais meia hora para tirar os pertences!

Sr. Presidente, temos que procurar resolver isso, porque se isso não acontecer, a situação no campo ficará absolutamente incontrolável, apesar de entendermos que muitas vezes há motivos, até judiciários, para que as pessoas saiam daquelas áreas, mas não dessa forma e muito menos com a nossa concordância!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Mauro Moraes.

Deputado Mauro Moraes (PMDB)

O SR. MAURO MORAES

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados e Deputadas presentes.

Sinto orgulho em poder estar aqui, mesmo porque eu previ há algum tempo atrás, quando apresentei uma emenda de 19% de aumento aos professores do ensino

básico do estado do Paraná, além dos 5% que eles receberam, para que pudéssemos fazer um pouco de justiça e devolver aos professores do estado do Paraná a dignidade dessa classe, tão esquecida ao longo dos Governos que estiveram neste estado do Paraná!

Apresentamos 19% além dos cinco, infelizmente a nossa emenda foi rejeitada por apenas alguns votos, mas eu disse nesta tribuna que ainda este ano o Governo tinha que reparar e mandar uma mensagem para esta Casa para que pudéssemos, pelo menos, equiparar o salário do professor do ensino básico aos de nível técnico da Secretaria da Educação, que é muito além dos professores do estado do Paraná. Graças a Deus, agora nós vimos este percentual que era quase de 50%! Mas não é justo que o professor do ensino básico ganhe menos que um funcionário da Secretaria da Educação. Temos que consertar, temos que corrigir esta injustiça ainda este ano! Eu estou feliz com os 10%, mas mais feliz ainda eu vou ficar quando nós, Deputados aprovarmos, este ano ainda, para o orçamento do ano que vem estes 25% ainda que ficaram defasados e possamos repor no ano que vem, aos professores do estado do Paraná.

Não digo isso, Sr. Presidente, porque a ocasião se oferece, mas sim por se tratar de uma preocupação minha: os professores do estado do Paraná não podem mais ser injustiçados, esquecidos, relegados e abandonados! É hora de fazermos justiça! É evidente que isso não é só deste Governo, isso já vem de anos passados, mas agora temos que deixar de lado o que passou e dar aos professores o que, sinceramente, eles merecem: a equiparação. Equiparar os seus salários aos salários daqueles que estão no ensino de nível técnico, lotados na Secretaria do Estado do Paraná.

Estou contente com estes 10%, mas por hora, só, não vou apresentar emenda aumentando os 10%, para que não tenhamos que ver atrasado aqui esse projeto. Temos que ver aprovado açodadamente para que os professores, se não vão receber pelo menos o que nós queremos, pelo menos esses 10%. Mas digo de coração: ainda é muito pouco e precisamos repor os 25% que ainda faltam aos professores do estado do Paraná.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero saudar os professores e funcionários das escolas públicas, também as instituições de ensino superior que participam desta Sessão tão importante para a Educação no Paraná. Saúdo não apenas na condição de Líder do PT, mas também de Presidente da Comissão de

Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa. Vivemos um momento muito especial para a Educação no Brasil. Um momento que não pode ser perdido, que dever ser aproveitado com maturidade, com todas as forças políticas e sociais que defendem a Educação brasileira.

Em primeiro lugar o país vive um período de crescimento econômico, e mesmo o processo inflacionário que começou recentemente, já foi cortado. Todos os analistas percebem que o Brasil está num período de longo processo de crescimento, apesar da crise mundial. Portanto, cresce a arrecadação do estado brasileiro, tanto a nível federal, como estadual, ou municipal. Isso deve ser muito bem aproveitado em favor da Educação.

Em segundo lugar, uma consciência social cada vez mais profunda que não há nenhuma possibilidade de desenvolvimento estruturante do Brasil, se não melhorarmos cada vez mais a qualidade da nossa Educação, das nossas escolas, e para isso é imprescindível darmos melhores condições de trabalho para todos os profissionais da Educação.

Esse é o segundo momento de extraordinária importância. Além disso, o Governo Federal tem apontado um caminho claro. Há muito tempo não acontecia em nosso país um plano da dimensão do Plano de Desenvolvimento da Educação brasileira.

Para citar alguns exemplos. O piso nacional do magistério é de R\$ 940 por 40 horas. Isso é um marco para a história do Brasil, porque estabelece pelo menos um padrão básico, um padrão mínimo de qualidade para todo o país, mesmo para os municípios de regiões mais pobres como a região nordeste. O professor da escolinha lá no fundo do nordeste vai também receber os R\$ 950, garantindo um padrão básico de qualidade.

O avanços extraordinários da escola técnico-profissionalizante, o FUNDEF, o Pró-Infância, a diretriz governamental de universalizar o acesso à educação infantil a partir dos quatro anos de idade. E isso se reflete em nossa vida, mesmo em Ponta Grossa, que imaginei que não tinha mais nenhum professor ganhando mais que o piso. Recentemente li nos jornais que alguns professores da educação infantil vão ter aumento por causa da lei aprovada no Congresso Nacional. O Paraná nos revela e nós debatemos tantas vezes nesta Casa o fato da educação superior. O Paraná é um estado importante para o país, tinha apenas uma universidade federal. Pois bem! O nosso Governo atual, do Lula, está instalando mais quatro universidades no Paraná. Transformou o CEFET em Universidade Tecnológica, está implantando a Universidade da Mesoregião, que é a primeira experiência no Brasil, que é uma universidade voltada aos interesses da agricultura familiar, que vai ter o seu *campus* principal do Paraná, na cidade de Laranjeiras do Sul, mas abrange também os estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, região da propriedade familiar, dos imigrantes no final dos séculos XIX e XX.

A Escola Técnica Federal do Paraná foi transformada em Instituto Tecnológico. Vários municípios paranaenses receberam investimentos no campo do Instituto Tecnológico do Paraná.

Muitos acontecimentos, e esse vento de mudança chega ao nosso estado, porque temos que reconhecer isso com clareza. Os professores que estão aqui conhecem, melhor do que ninguém, a história da Educação no Paraná. Eles sabem melhor do que ninguém os avanços que estão acontecendo e que esses dois projetos encaminhados e o terceiro, que virá em seguida, coroam esse avanço extraordinário. Seiscentas quadras cobertas serão construídas, 112 escolas nos municípios de mais baixo IDH e 12 escolas de referência, com vila para os professores morarem, com condições de prática de esportes, piscina olímpica e quadras esportivas. Isso nunca aconteceu! Os registros de preços nas escolas públicas, minha irmã é Chefe do Núcleo em Ponta Grossa e assim acompanho o grande volume de obras que vão acontecer e que já estão acontecendo na nossa região e em todo o estado do Paraná.

São coisas importantes, mas há um elemento imprescindível que o Paraná também tem, que é o avanço na organização social dos servidores da Educação e sindical. O Paraná tem um dos sindicatos mais respeitados do país, que é a APP-Sindicato. Em um momento de crise do sindicalismo, principalmente nas empresas privadas, a APP tem sido um exemplo a ser seguido por muitos sindicatos, um sindicato que trabalha de forma coletiva, de forma colegiada, um sindicato com transparência absoluta e que mobiliza diariamente os professores com seus quadros, nos mais distintos e mais diferentes municípios do estado. Eu mesmo apresentei um projeto que será votado nesta Casa, aumentando a representação sindical, neste momento tão importante para o país e para a Educação, para que a cada 1.000 trabalhadores na base, tenhamos um representante liberado, e isso vai ajudar a APP e os demais sindicatos ligados ao estado paranaense.

Então, neste momento, neste período que se abrem perspectivas estruturantes para a melhoria da Educação, é muito importante a mobilização permanente e constante, o aprofundamento da consciência militante dos professores, dos funcionários, dos grêmios estudantis, não só da escola pública, mas também das universidades públicas, que têm uma longa tradição sindical.

Sou professor da Universidade de Ponta Grossa e hoje existem dois sindicatos em Ponta Grossa e nas demais universidades: o sindicato que representa os funcionários e o sindicato dos docentes. E o nosso Governo tem que ser reconhecido, porque, primeiro, estabeleceu um plano muito bom para os servidores das universidades, depois um plano para os professores da rede pública e agora virá a esta Casa um plano muito aprofundado, debatido e discutido, que vai dar grandes avanços para os funcionários da rede pública e chega hoje também um plano para os docentes, que era tão aguardado.

Os nossos professores das universidades públicas estavam com o salário defasado em relação às demais instituições federais e conseguem uma grande conquista, que muda radicalmente o perfil da nossa universidade e seus profissionais, que têm uma alta importância social. Mais do que isso, o Governo Requião estabeleceu o Plano de Desenvolvimento Continuo da Educação, em parceria com as universidades. Quando o Governo anunciou estes três projetos, anunciou também a abertura de concurso para professores de instituições de ensino superior, para que possa fazer resposta à demanda que vai aumentar com o Plano de Qualificação Profissional Permanente e Continuo, em parceria com as universidades.

Então, há uma ação conjugada na Educação paranaense: de um lado as universidades abrindo mais concurso para seus professores e vai ajudar a qualificação permanente, continuada, dos professores da rede pública, aumentando o número de pessoas que têm o acesso ao PDE do Governo paranaense.

Tudo isso deve ser saudado e as forças que representam a Educação, tratadas com respeito e com carinho com a abertura desta Casa. Faltam algumas coisas e tenho debatido aqui, junto com outros Deputados, não só Deputados do meu partido, mas também me sinto representando neste momento o Deputado Jocelito Canto, com quem eu conversava antes de subir a esta tribuna, porque como o Deputado é candidato a Prefeito, ele não vai usar a tribuna. Então, ele me pediu e falo com muito respeito que, sem dúvida, tem sido um companheiro também nas causas da Educação, em todos os aspectos, defendendo o Governo e esses avanços que acontecem na Educação paranaense.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Péricles, estou acompanhando atentamente o seu pronunciamento e já lhe parabeno pela sua atuação à frente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, mas gostaria também de colocar o meu ponto de vista a respeito desse projeto, que será votado na tarde de hoje. Dez por cento, na minha opinião é apenas uma revisão salarial. Infelizmente os professores só ganham aumento salarial em ano eleitoral, infelizmente os nossos educadores não são valorizados como deveriam, representam 60% dos servidores públicos e apenas fazem parte de 25% da folha dos servidores do estado.

Deputado Péricles, nós já tentamos votar no começo do ano emendas que poderiam beneficiar de maneira melhor os educadores, os professores aqui na Assembléia, mas infelizmente as nossas emendas, as emendas da Bancada de Oposição foram recusadas. Pedimos 19%, não deram; 15% não deu; nós pedimos então a reposição pelo IGPM, os 10% que o Governo está agora apresentando na tarde de hoje, e foi recusado e deram apenas 5%.

Mas, Deputado Péricles, quero dizer a V. Exa. que pelo fato de nós termos a oportunidade de pelo menos fazer essa revisão hoje, votarmos a favor dos 10% de reposição ao salário dos professores, nós estaremos contribuindo pelo menos resgatando um pouco dessa valorização. Mas o sonho é isonomia salarial. Um professor hoje que está começando ganha em torno de R\$ 1.500 enquanto que um servidor público com o mesmo nível de escolaridade ganha mais de R\$ 2.100. O certo seria isonomia, o certo seria 38% de reajuste. Dificil? É muito difícil.

Mas, a nossa luta, a nossa batalha ainda tem que continuar, e começa também nesse ano eleitoral. E é importante que se diga, e o Tribunal Eleitoral está fazendo uma campanha muito forte intensa a respeito disso, que os novos Prefeitos, Vereadores precisam ter compromisso de priorização com a Educação em todo o país. Eu quero só terminar parabenizando e dizendo que nós vamos votar a favor sim, mas a priorização da Educação tem que ser constante no Legislativo e no Executivo.

Era isso.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Concordo com o seu argumento a nível estratégico, mas claro, é muito fácil também termos a visão oportunista, e a Oposição exerce esse papel as vezes, vem um aumento de 10 ela quer 30. Mas, quem tem a responsabilidade de governar sabe que as coisas são mais complexas. O que devemos saudar nesse momento é uma perspectiva nova que se constrói no Paraná. O senhor é Deputado pela primeira vez, mas quem já foi Deputado outras vezes sabe a diferença do que está acontecendo hoje no Paraná, e os professores são prova disso.

Fui Presidente da Comissão de Educação nessa Casa no mandato do Governador Lerner e sei o que nós passamos por aqui, destruição do ensino técnico, completa. Resistimos da forma que pudemos, fomos derrotados. Os colégios agrícolas foram extintos, curso de Magistério. O Governo Requião tem que estar recuperando e restaurando tudo isso.

Em Ponta Grossa eu era Prefeito, eu tinha vergonha, passava na rua da Prefeitura aquele colégio quantos anos ficou quase caindo, desabando. Então, e eu estou fazendo uma análise prospectiva, não uma análise de um corte temporal, mas uma análise histórica, e a APP sabe disso, os avanços que nós estamos tendo são significativos na história do Paraná e do Brasil. Agora, por isso mesmo que eu disse, nós temos que aproveitar esse vento de mudança para fortalecer a organização sindical, comunitária, ligada à Educação para que os avanços sejam ainda maiores.

Conquistamos no ano passado 17,5% de aumento, agora 10% e o ano que vem vamos conquistar mais ainda, eu tenho certeza, isso é possível porque teve uma diretriz do estado, uma diretriz concreta, o aumento de 25 para 30% destinado à Educação do nosso orçamento. E isso foi possível porque os professores do Paraná, das univer-

sidades, são muito bem representados, tem maturidade política, conhecem o mundo em que vivem, a história do seu país, do seu estado, da sua cidade, e tem um grande sindicato que os representa muito bem e por isso os nossos cumprimentos a APP-Sindicato e ao Sindicato dos Docentes e Funcionários das Universidades Públicas Paranaense.

Faltam algumas coisas importantes. A aprovação da emenda da Deputada Cida Borghetti, que eu assinei junto com vários Deputados. Precisamos aprovar esse emenda, porque é uma injustiça completa para um Diretor que é professor concursado, como todos os demais professores, que um pedagogo também, tenham que trabalhar cinco anos a mais e não ter certos benefícios que um professor tem. Isso não tem sentido! Por isso, fazemos, mais uma vez, um apelo à Mesa desta Casa, que é democrática, que votemos com a máxima urgência essa emenda.

Temos a firme convicção que estaremos logo aprovando essa emenda. Mesmo porque, na campanha do Governador Roberto Requião houve um compromisso que ele irá apoiar a emenda constitucional da Deputada Cida Borghetti, para que os Diretores e pedagogos possam se aposentar com o mesmo benefício e condições dos professores.

A segunda questão que falta diz respeito aos professores das universidades. Ia apresentar uma emenda, mas achei melhor esperar que o projeto pudesse transitar rapidamente e ser aprovado. A questão dos professores titulares, como o concurso para titular é o último grau da carreira, é um concurso público, qualquer professor, de qualquer instituição, pode fazer. Se o professor passa, ele tem que começar uma nova carreira como funcionário público. Ele perde as conquistas da sua carreira anterior.

Uma terceira questão - quero aproveitar a presença dos professores e pedir o apoio, pois são professores municipais que tem esse problema. São 35 mil professores do Paraná que fizeram o curso superior para as séries iniciais do ensino fundamental e educação infantil, autorizado pelo Conselho Estadual de Educação. E, depois da terceira turma, o Conselho Nacional deu um parecer entendendo que era curso a distância. Portanto, as universidades públicas não poderiam reconhecer esse diploma.

Tenho debatido aqui com os demais Deputados há um ano a favor disso. Esses 35 mil professores fizeram o curso de boa-fé, pagaram cerca de R\$ 4 mil, estudaram mais de 20 meses. E, agora passam em concursos e o Prefeito não pode autorizar a contratação, porque o Tribunal de Contas vai em cima. E estão, agora, preocupados com o concurso do estado, têm medo de não poderem fazer o concurso, porque não têm seus diplomas reconhecidos.

Mas, tenho uma boa notícia para os professores que nos assistem, na terça-feira estaremos em Brasília. Uma conversa definitiva com o Ministério da Educação, que acenou com uma resolução passando a poder de definir esse problema para o Conselho Estadual de Educação e Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Se conse-

guirmos essa vitória nós nos acertamos por aqui, porque há boa vontade do Governo do estado e iremos por fim a esse tormento que atinge 35 mil cidadãos do estado do Paraná.

Quero fazer referência também aos professores, do aumento que vivemos com relação à cultura.

O Governo Federal está aprovando o plano nacional de cultura. Recentemente, estivemos debatendo isso com 200 pessoas ligadas à cultura do Paraná. Está para ser aprovado um plano que faz uma revolução na área de cultura. A cultura tem que estar muito vinculada à Educação, tanto que apresentei um projeto de rádio e de leitura de jornais nas escolas que vai ser aprovado.

O Governo está estabelecendo mais de 1800 pontos culturais no Brasil, que são financiamentos entre 150, R\$ 200 mil para projetos culturais em parceria com a comunidade e isso pode dar um grande incentivo, adequando cada vez mais a vida da Educação da escola à vida da comunidade que a escola está inserida, porque esse é o grande drama. Sabemos que, principalmente no ensino médio, há muita violência, evasão escolar e, além de melhorarmos a condição de trabalho dos nossos professores e as condições de infra-estrutura da escola devemos, também, abrir a escola para a problemática social que ela está envolvida, a problemática da juventude. O avanço no plano da cultura é muito importante para os avanços subsequentes na Educação paranaense e na Educação brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia terminar meu discurso sem fazer referência a esse fato já trazido à tribuna pela Deputada Luciana Rafagnin e pelo Deputado Tadeu Veneri. Queria fazer um apelo aos policiais militares. Tem uma passagem muito bonita na literatura argentina, no livro clássico chamado Martín Fierro, que é a história de um gaúcho que é contratado pela Coroa espanhola para capturar índios. Ele é contratado como mercenário, mas não recebe o soldo da Coroa, sente-se na condição de explorado e abandona a farda e aquele trabalho cruel. Depois, ele tem um duelo num bar, acaba matando uma pessoa e vem uma patrulha da Polícia espanhola para capturá-lo. Ele está sozinho e, quando a patrulha chega, Martín Fierro luta com tanta coragem, com tanta determinação, com tanto sentimento de justiça, que um Cabo chamado Cruz, que está indo capturar Martín Fierro, muda de lado. O Cabo Cruz deixa de combater ao lado da Polícia, que defende os interesses da Coroa espanhola, e passa a combater, convencido pela coragem de Martín Fierro, ao lado de Martín e morre no combate. Essa é uma das passagens mais bonitas da literatura argentina, porque a consciência da transformação surge nas pessoas assim. É num momento em que milhões de seres humanos têm a consciência de que são explorados que eles mudam de lado e passam a ter uma iluminação, uma espécie de luz que faz todos lutarem pela transformação social.

Temos que, em primeiro lugar, exigir do nosso Governador, que admiramos tanto, que comande a Secre-

taria de Segurança, que comande a Polícia Militar para que, quando for necessário fazer despejo, em última instância, que trate com respeito a essas pessoas pobres que nada têm. Essa classe social excluída secularmente da história do Brasil, uma história trágica de concentração da terra, desapropriação dos mais pobres. Pelo menos, respeitem aquilo que eles conquistaram com o suor do seu rosto e com o trabalho de suas famílias, de seus próprios filhos. Respeitem o milho e o feijão que eles plantaram e os paióis onde guardam seus produtos.

Vamos fazer uma Audiência com o Governador Requião e pedir à Polícia Militar que na hora de escolher entre o proprietário que já recuperou a terra, que está exigindo que queime o produto do sofrimento dos trabalhadores, que eles fiquem, como Martín Fierro e como Cabo Cruz, ao lado dos pequenos e não do lado dos grandes que sempre mandaram no Brasil. Então, o MST tem a nossa solidariedade e vamos pedir, solicitar e cobrar do nosso Governador que não permita que o Comando da Polícia Militar sirva aos interesses dos grandes fazendeiros, de forma cruel, em alguns momentos da nossa história.

Respeitamos a Polícia Militar paranaense, sabemos que também são trabalhadores, têm suas dificuldades, sofrem, mas têm famílias que sofrem a crueldade da nossa sociedade brasileira tão desigual e eles têm que estar ao lado, sempre que tiver oportunidade, daqueles que querem a transformação do Brasil e a reforma agrária.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus; Sras. Deputadas; Srs. Deputados; Sras. professoras; Srs. professores; prezados jornalistas que fazem a cobertura diária dos trabalhos da Assembléia Legislativa.

Quero cumprimentar os pedagogos; os funcionários das escolas municipais, Diretores das escolas municipais; os senhores aqui, presentes, da Polícia Militar, tem um projeto de seu interesse que será votado hoje; e quero cumprimentar os companheiros da APP-Sindicato que tanto trabalham em prol dos professores do nosso estado defendendo melhorias salariais e melhorias nas condições de trabalho para essa classe tão importante. A APP-Sindicato trabalha pelos funcionários das escolas, trabalha pelos professores e merece o respeito, sem dúvida alguma, desta Casa Legislativa.

Quero iniciar, Sr. Presidente, o meu pronunciamento na tarde de hoje lembrando talvez uma das pessoas que mais se dedicou à Educação na história do Paraná. Um homem com quem tive o privilégio de convi-

ver como colega em um programa de rádio que apresentávamos juntos pela manhã na Rádio Exclusiva, aquela época, e um homem que já não está mais entre nós, mas cujas idéias permanecem vivas entre todos nós, que é o saudoso professor Elias Abrão. O professor Elias Abrão foi Secretário do Meio Ambiente do município e foi Secretário de Educação do Estado do Paraná e talvez tenha sido o Secretário mais idealista, mais dedicado que este estado conheceu em todos os tempos. E relembro aqui a memória do professor Elias Abrão, para dizer da importância de aprovarmos na tarde de hoje esses projetos que beneficiam os funcionários das escolas públicas estaduais, os professores do estado do Paraná, as pedagogas, os pedagogos, os Diretores de escolas, as pessoas que trabalham no ensino superior.

Temos aqui uma PEC, a PEC nº 088, da Deputada Cida Borghetti, que será votada na tarde de hoje, quero dizer que a Bancada do Partido Progressista, do qual eu faço parte e que conta com os Deputados Antonio Belinati, Duílio Genari e Cida Borghetti, está firme e unânime a favor dessa PEC nº 088, dessa emenda constitucional. Quero dizer que a nossa Bancada apóia o projeto que garante o Plano de Cargos e Carreiras para os servidores do ensino superior do estado do Paraná. Quero dizer que aprovamos a extensão dos benefícios para os Diretores e pedagogos aposentados.

Quero dizer que a nossa Bancada do Partido Progressista posicionou-se a favor do aumento salarial dos professores e, inclusive, defende um aumento maior, embora saibamos que no momento esse é o aumento que é possível. E por que, Deputado Marcelo Rangel, essa nossa postura? Porque temos um compromisso firme e inadiável com a Educação. A Educação é o único caminho para fazer com que o Brasil possa ser inserido de forma consistente e definitiva entre as nações de Primeiro Mundo.

Eu sei de perto a luta dos professores, Deputado Belinati, o senhor dizia aqui que tem irmãs que são professoras. A minha mãe foi professora, as minhas duas tias são professoras, e eu sei o quanto os professores, os educadores, os funcionários de escolas, sofrem no seu dia-a-dia, porque na verdade o exercício da atividade de ensino é muito mais do que uma profissão, é um verdadeiro sacerdócio, algo que requer dedicação permanente. É algo que requer não apenas as horas em que se está trabalhando, mas dedicação durante as 24 horas do dia. O professor em certos aspectos é como o Padre. O Padre não é Padre apenas na hora em que está rezando a missa. O cirurgião não é médico apenas na hora em que está fazendo uma operação, uma cirurgia. O professor, o educador, o funcionário de escola não é um educador apenas na hora em que está dentro da sala de aula lecionando. Ele é educador as 24 horas do dia.

Acreditamos na necessidade de investirmos maciçamente na Educação neste país. Queremos escolas bem cuidadas, com bibliotecas, para que as crianças desde cedo possam adquirir o hábito da leitura, para que a cri-

ança quando chegar na sua juventude possa saber quem é um Saramago, um Mário Vargas Llosa, Gabriel Garcia Márquez, quem foi Jorge Amado, quem foi Paulo Freire, talvez o maior de todos os educadores da história do Brasil. Queremos escolas com quadras esportivas, para que as crianças possam praticar o vôlei, o basquete, handebol, o futebol de salão, uma atração, um atrativo, para que elas permaneçam dentro da escola, longe da rua, da violência, do crime, que hoje tanta insegurança traz para as famílias paranaenses. Queremos escolas que tenham atividades artísticas para as crianças, que façam atividades como teatro, para que elas possam abrir os seus horizontes, ampliar a sua criatividade. Queremos escolas que tenham laboratórios.

Mas, nada do que defendermos de aprimoramento nas obras das escolas, nada que defendermos de melhorias físicas para as escolas supre o bom professor, nada supre o bom educador, o bom funcionário. A escola é realmente a segunda família e, às vezes, Deputada Cida, a primeira família de algumas crianças. A escola é o que vai dar futuro para esse país. A escola é a esperança para esse país. Teremos escola de qualidade se investirmos maciçamente na formação e na boa remuneração do professor e do funcionário das escolas. Porque nada, absolutamente nada, irá suprir o efeito que um ser humano que está desenvolvendo o seu trabalho com gosto, com alegria, feliz consigo mesmo e com o próximo pode realizar.

Estudei também em escola pública - nobre Deputado que representa a cidade de Cianorte, meu amigo Guimarães - Escola Estadual Nice Braga, no bairro da Santa Quitéria. Lembro-me que naquela época tínhamos na escola cidade mirim, o momento em que mais gostávamos, que era o lanche da escola e tínhamos principalmente a amizade e o carinho das professoras, das zeladoras e das funcionárias. Muitas delas, hoje em dia me encontram, mais de 20 anos depois de eu ter saído da sala de aula e vêm conversar comigo, mantendo aquela amizade e aquele carinho. Portanto, entendo que precisamos cada vez mais investir na escola e na Educação.

Eu dizia, aqui, ontem, Deputado Teruo Kato, que no Japão, todas as pessoas se curvam diante do Imperador. No Japão todos se curvam diante do homem mais poderoso do país, que é o Imperador. Mas, diante do mestre, diante do professor quem se curva é o Imperador. Nós, Parlamentares temos que praticar um ato de responsabilidade com este país que é abraçar com todas as forças as causas da Educação.

Outro dia, assistia de madrugada a TV Senado e ouvia um pronunciamento do Senador Cristóvão Buarque. Um homem preparadíssimo, inteligentíssimo e ele dizia: "Vamos de forma suprapartidária, independente das crenças partidárias de cada um, vamos formar uma corrente da Educação neste país para alavancarmos a Educação porque a esperança de empregos de qualidade, para a nossa juventude no futuro, é a Educação".

Por isso, Deputado Reinhold Stephanes Júnior, vamos hoje formar aqui na Assembléia essa corrente

suprapartidária. Vamos aprovar o pacote da Educação; vamos aprovar todos os projetos em benefício da Educação que serão votados na tarde de hoje, porque esse é um compromisso que firmamos quando fizemos aqui o juramento parlamentar que é o de defender a população paranaense acima de tudo.

Para concluir quero relembrar aqui as palavras do grande jurista escritor e também educador Rui Barbosa que disse: "Nós não escolhemos o país onde nascemos, mas construímos o país em que vivemos". Um país com mais qualidade de vida, com mais justiça social, mais esperança para todos só se constrói investindo de verdade na Educação, no professor, nos educadores e nas pessoas que trabalham nesta área, como os funcionários de escola.

Por isso, vamos juntos hoje aprovar estes projetos e dar um pouco mais de esperança aos cidadãos paranaenses e mostrar que o Paraná é referência para o Brasil e para o mundo na área da Educação.

Obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Democratas, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ouvia no Pequeno Expediente a Deputada Cida Borghetti quando fazia o seu pronunciamento em relação a sua PEC nº 088, que regulamenta a nossa Constituição de acordo com a Legislação Federal que já temos. Ouvi atentamente a sua explanação, e ela disse que em princípio estava previsto para votar esta PEC também no dia de hoje, contemplando desta forma os professores na sua aposentadoria especial, principalmente aqueles que não estão nas salas de aula. Seriam os Diretores ou mesmo quem trabalha na área da Pedagogia.

Pois bem. A emenda teve apoio de inúmeros Parlamentares, entre esses nós também subscrevemos a sua emenda. Deputada Cida, se V. Exa. me permitir, quero enaltecer e louvar a sua atitude, quando disse desta tribuna que esperaria, então, até o mês de setembro para ver se o Governo efetivamente implantaria aquilo que determina a Lei Federal nº 11301 - e o que diz esta lei? Ela já altera a Lei nº 9394. Ela altera exatamente a questão básica. O parágrafo 2º do artigo 67, o que diz a lei federal, não é lei estadual, é uma lei federal e quando é uma lei federal não existe como os municípios ou os estados não cumprir a legislação.

Artigo 67, parágrafo 2º - para os efeitos do disposto do parágrafo 5º, do artigo 40 e do parágrafo 8º

do artigo 201 da Constituição Federal são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em Educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, em seus diversos níveis e modalidades, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação - 10 de maio de 2006. Então, na verdade desde 2006 já existe a lei federal que regulamenta esta questão das aposentadorias dos professores. Só que no Paraná estamos há dois anos e alguns meses, esperando que o Governo do Estado implante e regule no nosso estado o que diz a lei federal. E como não está se regulamentando, a Deputada Cida Borghetti - com apoio acredito da totalidade ou por unanimidade - acredito que se venha para votação, terá aqui na Assembleia Legislativa uma PEC, uma emenda à Constituição aprovando e determinando de vez por todas que o Governo do Estado cumpra aquilo que diz a lei federal, Deputado Douglas Fabrício.

Mas a Deputada Cida, como é uma Deputada movida também ao diálogo, ao entendimento, às negociações, ela entende que vamos esperar até o mês de setembro.

Daí eu peço ao Presidente, Deputado Nelson Justus, agora como Líder da Oposição em exercício e defendendo exatamente a classe dos professores na aposentadoria especial, se até setembro, até final de setembro o Governo do Estado não regulamentar aquilo que diz na lei federal, então nós aqui na Assembleia vamos votar a PEC da Cida, vamos votar a emenda à Constituição para que os professores que já tenham adquirido esse direito da sua aposentadoria, ou seja, os homens 30 anos e as mulheres 25 anos, independente se estão em sala de aula ou não estão em sala de aula, se estão na direção ou se estão no assessoramento pedagógico, que possam, então, ter a sua aposentadoria.

Vamos esperar, senhores professores. Somos do diálogo, nós não fizemos Oposição pelo bel-prazer de fazer Oposição. O que queremos é que os nossos funcionários, que os professores, que os funcionários, que o estado do Paraná vá bem. Mas cabe a nós sim, Parlamentares, fazer com que o Governo ele cumpra aquilo que determina, aquilo que diz a legislação.

Então, parabéns, Deputada Cida, e vamos esperar até o mês de setembro.

O outro projeto que está na Ordem do Dia, Deputado Nelson Justus, e é exatamente que institui o aumento de 10% para os professores da rede pública estadual. Veja como é difícil para nós Deputados, e aí que eu até peço para os senhores professores, eu falei com o Presidente da APP-Sindicato agora e esta semana ele pediu que não apresentássemos emenda porque tinha-se a confirmação por parte do Governo do Estado que o Governo iria

implantar ainda este mês o aumento para o magistério no estado do Paraná.

Por esta razão, entendemos nós Deputados que não vamos apresentar emendas para não atrapalhar exatamente o que é o desejo dos professores do estado do Paraná.

Agora, vejam Srs. professores como é difícil para um Parlamentar entender a mensagem do Governo do Estado! O que diz o artigo 8º da lei que o Governo manda para a Assembleia: *Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação com efeitos financeiros condicionados à disponibilidade orçamentária-financeira, ao comportamento da receita, segundo o que será atestado pela Secretaria de Estado de Planejamento da Fazenda.*

Ora, ele diz que o aumento só será instituído se a receita do estado se comportar favoravelmente, isso diz a lei, mas na mensagem que encaminha o Governo do Estado veja o que ele diz, Presidente Nelson Justus: *O aumento da despesa decorrente dessa implantação será do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento em Educação Básica e de valorização do profissional da educação, FUNDEB.* Então o que é isso? Deputado Enio Verri, V. Exa. que foi Secretário de Planejamento, o Governo do Estado diz na mensagem que o aumento que ele está propondo para os professores não são recursos do Tesouro, são recursos da fonte 00, não são recursos oriundos do Governo Federal, do FUNDEB e ele diz mais na sua mensagem: *Por essa razão não há impacto financeiro.* É o que o Governo diz na sua mensagem, os recursos serão oriundos do FUNDEB é isso que nós entendemos! Por essa razão no seu relatório que o Deputado Valdir Rossoni quis na CCJ que o Relator incluísse no seu relatório que a lei entrará em vigor na data de sua publicação, ou seja, a partir desse ano, desse mês. Mas, disse o Líder do Governo e o próprio Presidente da APP nos informa agora que o Governo do Estado tem assumido o compromisso e vai implantar, já no mês de agosto, agora, o aumento que ele está propondo para o funcionalismo do estado do Paraná. Por essa razão vamos não apresentar as emendas, não vamos alterar o artigo 3º porque entendemos que o correto, o justo seria que esta lei deveria entrar em vigor a partir do dia 1º de agosto do corrente ano, e nós vamos acreditar e fazer aquilo que a APP-Sindicato nos pede: que não apresentemos nenhuma emenda em relação a esse projeto. Diz o Governo que os recursos para o aumento do magistério serão oriundos do FUNDEB.

Eram estas considerações, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer na Sessão de hoje em relação a esse projeto, não vamos apresentar emenda, vamos votá-lo hoje na esperança que o Governo efetivamente tem acordado com os valorosos professores do estado do Paraná.

Parabéns a vocês, obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, no horário do PDT com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

Liderança do PDT: Deputado Edgar Bueno

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, educadores, servidores públicos da rede de educação do estado do Paraná.

Hoje estamos tratando aqui, em 1ª discussão, de dois projetos importantes que foram enviados pelo Governo do Estado do Paraná: um é o 341 que trata do quadro próprio do magistério, o outro é o 342 que trata do aumento. O que diz o 342, no seu artigo 2º, inciso II também? *Percentuais interclasses serão de 15%, dos cargos de professores auxiliares para o cargo de professor assistente. Quinze por cento do professor assistente para o cargo de professor adjunto e 10% do cargo de professor associado para o cargo de professor titular.* Diz mais o artigo 6º que: *20% será sobre os vencimentos básicos dos regimes de trabalho para os detentores de títulos especiais.*

O que se discute hoje? O que se discute é a garantia que esse projeto deveria ser colocado em prática na data da sua publicação. Por quê? O Governador condiciona a disponibilidade orçamentária.

Nós, Parlamentares que apresentamos junto com a Cida Borghetti uma emenda constitucional para garantir esse benefício aos professores na data da publicação, interpretamos conversando com os líderes de classe, conversando com os próprios professores que eles não estão preocupados com a possibilidade de ser atrasado esse aumento. Eles me disseram que confiam no Líder do Governo. Disseram-me que confiam na palavra do Governador.

Temos que ajudar esse projeto imediatamente. Não temos que obstar aqui. Quero dizer que a Bancada do PDT, do nosso Líder Luiz Carlos Martins, do Deputado Augustinho Zucchi e do Geraldo Cartário, não vamos colocar nenhum obstáculo nessa Sessão para que a gente possa aprovar o mais rápido possível esse que é um sonho, um desejo e é um projeto articulado por todos.

O ideário do PDT na sua história do nosso Líder Brizola, dia que: "Educação tem que ser motivada. Formação continuada tem que ser permanente". Ele dizia também que: "Sem escola não há futuro".; "Educar é um ato de amor e transformação da sociedade".

Por isso que nós do PDT queremos apoiar todas as ações que possam levar benefícios, conforto, estabilidade para os nossos professores. Os nossos alunos vão para escolas e eles são como argilas, vão sendo formados na mão dos nossos professores. O poder de mudança da construção de uma sociedade melhor está nas mãos dos professores.

Deputado Elio Rusch, não nos resta obstar esse projeto. Nos resta é dar velocidade. Aprovar hoje em 1ª votação e dar todas as condições para que possa tramitar o mais rápido possível, para que os professores possam ter essa conquista através do anteprojeto do Governador

Roberto Requião. O PDT vem aqui, para dizer que o nosso compromisso com a Educação é permanente. O compromisso do nosso ideário é permanente.

Por isso senhoras e senhores professores podem contar com o apoio do PDT porque estaremos votando a favor desse projeto justo, necessário e urgente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PMDB concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

Liderança do PMDB: Deputado Caíto Quintana

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso a palavra hoje até porque nessa Sessão, a Assembléia Legislativa apenas vota a constitucionalidade dos dois projetos que trata sobre o magistério.

Na 2ª votação votam-se emendas. Portanto, para não gerar uma polêmica na hora da votação da emenda, volto a insistir na mesma tese colocada quando foi votado o reajuste dos servidores públicos.

A Constituição do Estado prevê que o aumento do servidor público na data-base do funcionário público, tem que ser dado no mesmo índice e para todas as categorias. Não há como dar um aumento diferenciado para nenhuma das categorias na data-base do servidor público! Alertamos isso aqui da tribuna e naquela vez a nossa Bancada de Governo garantiu desta tribuna - eu mesmo o fiz, assim como outros companheiros - que tão logo cumprido o dispositivo constitucional do aumento para as categorias de servidor público, o Governo encaminharia para a Assembléia Legislativa, porque lá atrás já era intenção do Governo, um aumento diferenciado aos professores. Esse aumento está aqui e para que amanhã não se diga que foi por pressão que aconteceu, o Governo estuda também na sequência um aumento diferenciado na Polícia Militar e todos nós sabemos que o professor e a Polícia Militar são as maiores categorias de servidores públicos do estado - o impacto de 10% aos professores é um impacto grande na folha de pagamento, na capacidade do Governo de pagar.

Então, alguns pronunciamentos feitos aqui no dia de hoje, eu gostaria de parabenizar. Primeiro, o Deputado Péricles fez uma relação que não vou cansar esta Casa para citar os benefícios concedidos pelo Governo Requião à classe dos magistérios. Podemos questionar se o salário do profissional de Educação e do profissional de ensino está bom ou não está bom no dia de hoje. Seguramente a categoria do magistério merece mais do que tem, mas seguramente, também, esse impacto orçamentário do dia de hoje na recuperação do salário se deve em muito a anos e anos de Governos anteriores, onde nem sequer a inflação foi colocada no salário dos professores.

Dizer que a verba do ensino é muito mais do que o salário, pois o salário é um componente. A reforma, a construção de melhores escolas, o portal de educação, a televisão em cada sala de aula, as quadras cobertas, que foram destinados recursos para 450, tudo isso já levantado pelo Deputado Péricles, fazem parte de um conjunto de melhora da Educação. Então, o parabenizo! E quero parabenizar o Líder do PDT, que indo à tribuna, entende ser necessária a aprovação da mensagem do Governo sem emendas, porque quando, Deputado Ney Leprevost, V. Exa. também em um pronunciamento, coloca que o Deputado fez um juramento, o juramento que o Deputado faz acima de tudo é respeitar a Constituição e a Constituição do Estado do Paraná, como a Constituição de qualquer estado e a Constituição Nacional não permite ao Legislativo alterar valores de servidor público, criar despesas no serviço público. Não permite! É inconstitucional!

Então, o que eu queria é que a APP-Sindicato, que os professores soubessem da luta constante que temos feito com o Governo, nós da Bancada do Governo, para melhorar a questão da Educação sem demagogia, sem emenda incabíveis, sem esperanças que não serão consolidadas, sabendo que não podem colocar, apenas para poder argumentar e ficarmos numa situação de termos que votar contra pela constitucionalidade um aumento não previsto.

O Quadro Geral dos funcionários do estado está profundamente defasado, o Governo não tem como recuperar tudo de uma vez só, está prestigiando o professor nesse momento.

Em todos os anos do Governo Requião receberam um aumento maior do que todas as outras categorias, e continuará sendo assim, hoje é 10%, quem sabe até o final do ano mais um aumento diferenciado, seguramente no ano que vem um aumento diferenciado. Então, meus companheiros e meus amigos, não façamos de uma vitória da APP, de uma vitória dos professores, de uma vitória dos funcionários que vêem o seu Plano de Carreira, Cargo e Salários regularizado pelo Governo, no ensino superior também, não façamos isso uma derrota em cima de emendas inconcebíveis e incabíveis. Nem sequer o Plano de Carreiras, Cargos e Salários que estava há 10 anos nesta Casa foi votado no Governo anterior.

E eu vejo hoje lídimos representantes daquela época que nunca tiveram esse cuidado para convencer o seu Governo de aprovar, que fosse unicamente esse plano de carreiras, hoje apresentando emendas que a Constituição diz que não pode ser aprovada. Vejo pronunciamento de pessoas que foram Secretários do Governo anterior cobrando desse Governo aquilo que não foram capazes de convencer o seu Governo no passado de fazer. Então, se eu venho aqui no horário da Liderança do PMDB e seguramente na hora da votação das emendas, meu prezado Líder Waldyr Pugliesi, a gente que tem uma história de lutas por conquistas dessas categorias, tendo sido Governo do Paraná, seguramente nós vamos acabar nos

encaminhamentos levando vai por querermos mostrar da impossibilidade de votar aumento diferenciado.

Poderíamos fazer nesse projeto como fizeram no passado, apresentar emendas aqui de aumento para o servidor público da Saúde, da Segurança, para o quadro geral, para o agrônomo, para o veterinário, e fazer um discurso, e o pior, sabendo que não pode apresentar a emenda, sabendo que não pode.

Então, aqui a Assembléia vai ganhar respeito das categorias quando ela fizer o seu papel de legislar, sabendo do Regimento Interno, sabendo da Constituição, sabendo do limite que se pode dar, e não transformarmos uma vã esperança, que mesmo que aprovado, acaba não sendo aplicado. Falo isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, porque no Governo do Requião, no primeiro Governo, e agora no primeiro Governo na reeleição, fui Chefe da Casa Civil, e vi hoje aqui diversos Presidentes e ex-Presidentes da APP-Sindicato, e a APP sabe que em todas as vezes que procurou nós fizemos audiências, diversas vezes eu chamei o Secretário da Administração, o Secretário do Planejamento e o Secretário das Finanças para discutir com a APP, que trouxe junto os seus profissionais do DIEESE para pegar o orçamento do estado com sua receita e despesa e poder mostrar o índice que poderia ser assimilado pela receita pública. E digo a verdade, muitas vezes a APP, através da assessoria do DIEESE provou que era possível coisas que as nossas Secretarias achavam que não.

Então, se venho aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para evitarmos balela, discussões e ofensas, que não é o que nenhuma categoria quer, vamos votar o projeto dentro da sua constitucionalidade, respeitando o direito, que é do Executivo, de encaminhar para esta Casa projetos de aumentos de funcionários, criação de despesas, vamos votar, e não vamos comemorar, nem o Governo, nem a Oposição. Vamos comemorar todos juntos, tendo cumprido com o nosso dever e dado às categorias de profissionais do estado aquilo que o Governo pode e aquilo que eles merecem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, professores que se encontram aqui conosco.

Hoje é uma data importante, porque estamos votando um projeto que é o aumento do salário para os professores.

Ouvi atentamente os discursos, em especial o último, do Deputado Caíto Quintana. Ele disse que, às vezes, o Deputado não pode apresentar emendas aos pro-

jetos para melhorá-los, quando se fala em gastar o dinheiro do Governo. Primeiro, o dinheiro não é do Governo. É do povo. Todos pagamos impostos. Esse dinheiro vai para a mão de uma pessoa que é eleita pelo povo para administrar.

Nesta Casa adotei a seguinte postura: todos os projetos que beneficiam a população têm o apoio do Deputado Douglas Fabrício e dos Deputados do PPS. Agora, aqueles projetos que não beneficiam a população não têm o nosso apoio.

Vamos destacar aqui: tivemos uma discussão de projeto que aumentava impostos, taxas do DETRAN, IPVA. Fizemos um trabalho para que esse projeto não fosse votado, porque entendíamos que o povo não agüenta mais impostos. E o Governo, naquele momento, cedeu. Entendeu que estávamos corretos.

Depois vieram outros projetos. O Governo mandou um projeto aumentando o salário da iniciativa privada em 15%. E entendemos que era importante a empregada doméstica ganhar um aumento de 15% e votamos a favor. Só que na sequência o Governo mandou um projeto para aumentar o servidor público em 5%. Bom, se ele fez a iniciativa privada pagar 15%, ele poderia dar o exemplo e pagar 15% de aumento.

Aí, quando apresentamos emendas pedindo 19%, foi o Deputado Mauro Moraes que apresentou, e V. Exa. disse que era demagogia - demagogia, entendo que é falar assim: ou o pedágio baixa, ou acaba. Não baixou e não acabou - isso é demagogia, com todo respeito.

Esse projeto é muito bom para os professores, mas vocês merecem mais, porque ninguém chega aqui sem passar por um professor. Por isso, qualquer Governo que valorize os professores terá sempre o meu apoio.

Quero fazer um destaque aqui ao Governo Lula. Parece que esse aumento que está vindo pelo Governo Roberto Requião, o dinheiro vem lá do Governo Lula, que é o FUNDEF. Mas não podemos imaginar que está tudo às mil maravilhas, porque não está. Eu converso com professores. Também sou professor. Fui professor universitário e sei das dificuldades que os professores enfrentam. Está melhorando? Sim, está melhorando, mas precisa melhorar muito mais. Viu, Deputado Nelson Justus? Precisa melhorar muito mais.

Esses 10% que vamos aprovar aqui, tenho certeza que todos os Deputados irão aprovar. Até a pedido dos Diretores da APP-Sindicato, não foram colocadas emendas. Por quê? Para o projeto ir mais rápido, para ser aprovado mais rápido, para que o dinheiro entre na conta dos professores este mês ainda. Esse é o compromisso. Não vamos apresentar emendas. Queremos que seja aprovado o projeto que beneficie os professores e que vai ter o voto, tenho certeza, de todos os Deputados que estão presentes, hoje, nesta Casa. E vale os Deputados que votam, que estão presentes.

Acho importante destacar a valorização dos professores, mas queremos, também, uma valorização para os profissionais da área de Segurança, que tem um pro-

jeto que trata desse assunto e que vamos, na Sessão seguinte, votar um projeto que beneficia os profissionais da área de Segurança, Soldados, policiais militares, e que lá eles não estão contentes com o projeto que o Governo enviou para cá.

Então, Sr. Presidente, para não me alongar muito, quero dizer que gostaríamos que o aumento fosse maior, como fizemos na grande discussão que tivemos aqui, lá atrás, no mês de maio ainda, e que o Governo disse que não era possível. Mas agora, o Governo tem uma verba pelo FUNDEF, pelo Governo Federal e está ampliando, e o Governo Estadual consegue repassar 10% de aumento. Que bom! Como diz o ditado: “ufa!” Está valorizando um pouco mais a Educação e com isso está atendendo, também, o pedido dos Deputados de Oposição.

Era isso, Sr. Presidente. Muito Obrigado. Parabéns a vocês, professores! Vocês realmente merecem. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulta ao Bloco PTB/PR. Bloco PSB/PRB/PV. Liderança da Oposição.

(Todos Declinam)

Consulta à Liderança do Governo. Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Eu me imponho um condicionamento de, em reuniões iguais a esta, desta tarde, poder constatar o seguinte: certamente, se vivêssemos aqui uma olimpíada em relação a alguns pronunciamentos, alguns mereceriam medalha de ouro. V. Exas. que estão aqui sabem do que estou falando e, também, os professores e as professoras que aqui vieram, nesta tarde.

Quero dizer que tenho muito respeito por cada uma das Parlamentares e dos Parlamentares desta Casa. Quero, publicamente, fazer uma explicação sobre a PEC da Deputada Cida Borghetti, que temos uma negociação com a direção da APP-Sindicato. Quero dizer a todos que estão aqui hoje, se há, de fato, uma entidade que merece ser respeitada é a APP-Sindicato. Sei que a APP são todos vocês que estão aqui hoje, nesta tarde, mas tenho que reconhecer que a direção da APP é uma direção atuante, que consegue estabelecer um diálogo permanente com o Governo, e tive a felicidade, neste período no exercício da Liderança do Governo, de estar trabalhando para poder, de fato, promover esses entendimentos, como estamos vivendo aqui, hoje.

Quero falar em relação à PEC da Deputada Cida, a nossa mais bela e charmosa Deputada e, também, competente. Com o devido respeito à Deputada que falo isso, mas é verdadeiro. O fato é o seguinte: também a Deputada Beti, Deputado Caíto, sei disso,

estou dizendo assim em homenagem à Deputada Cida, mas voltando a falar seriamente sobre o tema, na verdade, temos que superar só um obstáculo para poder promover a aposentadoria especial, que é merecida, aos Diretores e àquelas atividades próprias da pedagogia, aos pedagogos especialmente. O que ocorre? Não conseguimos e estamos negociando isso há muitos meses, mas não conseguimos ainda superar um obstáculo, que é a questão atuarial, que é promovida, V. Exas. sabem, os professores que estão hoje nesta Sessão, que é promovida essa análise pela ParanaPrevidência. Não conseguimos obter ainda o sinal verde da ParanaPrevidência e não conseguimos resolver juridicamente esse problema. Por que não conseguimos? Por causa dos pareceres jurídicos, as questões técnicas e como temos feito, e quem tem acompanhado todas as negociações desta Casa, aqui estão representantes dos docentes do ensino superior, tudo que temos feito é a partir de grupos de trabalho, é a constituição de um debate democrático, todas as conquistas, esses avanços que conseguimos nesses anos foi através de exaustivas negociações e da superação dos obstáculos.

Por isso, Sr. Presidente, é que nós, por óbvio, não podemos hoje votar a PEC, Deputada Cida, mas é no sentimento de podermos superar esses obstáculos para que possamos implantar, de forma merecida, a aposentadoria especial aos Diretores e também aos pedagogos, como já têm hoje os professores e professoras, a grande maioria, os professores que integram o quadro do magistério no estado do Paraná.

Quero dizer que temos construído um processo de diálogo, esses 10% de reajuste é o que é possível, é um reajuste feito com esforço. E aí, temos que reconhecer o papel do Governador Requião, que quer pagar para a melhor Educação Pública que temos no país hoje - aqui estão os índices para demonstrar isso - pagar também o melhor salário. Há caminho a ser percorrido? Há um grande caminho a ser percorrido, mas vamos trabalhar para poder, de fato, pagar cada vez um salário melhor. E fico feliz de poder aqui, reconhecendo esse esforço, tanto dos professores da rede pública estadual, do ensino fundamental e do ensino médio, quanto aos docentes do ensino superior, o papel importantíssimo que têm os seus representantes sindicais e pela capacidade de mobilização e de diálogo mantido permanentemente com o Governo. E esta Casa encontrou sempre o respaldo da sua Bancada de sustentação, da sua base, os Parlamentares do PMDB, do PT, dos diversos Parlamentares dos outros Partidos, do PSDB, do PMN, do PTB, do PR, enfim, de todos aqueles que têm nos apoiado e segmentos importantes da Oposição que, muitas vezes, têm a capacidade de dialogar de forma generosa com o Governo, inclusive V. Exa. Deputado Elio Rusch, que exerce a Liderança da Oposição, neste momento, do Líder Valdir Rossoni, muitas vezes duro e contundente em seus discursos, mas com capacidade de dialogar.

Então, entendo que hoje é um dia importante que estamos vivendo. É difícil construir consenso. Eu pessoalmente não sou muito a favor dos consensos, mas há de se reconhecer que aqui se fez um grande esforço entre Governo, entre a Assembléia Legislativa e a APP-Sindicato, para que pudéssemos chegar a este dia e votarmos um projeto tão importante para a Educação, é claro, dos docentes do ensino superior.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha para falar neste momento. E aqui estão as minhas explicações em relação à questão da PEC que vamos persistir para conseguir superar esses obstáculos, mas, se Deus quiser e também pela capacidade de dialogar e de trabalhar, vamos conquistá-lo. É isso aí,

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 2167, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando a realização de Sessão Extraordinária, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Mensagem nº 026/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei complementar, que objetiva instituir o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro de Funcionários da Educação Básica da Rede Pública de Ensino Estadual do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 193/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, a implantação de um sistema de bolsas de iniciação científica ou bolsas de extensão em instituições de ensino sem fins lucrativos, voltadas a acadêmicos oriundos de classe menos favorecidas e que sempre estudaram em escolas públicas do estado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 194/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de um Hospital no Bairro Jardim Alvorada, no município de Maringá. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/08, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus e Luiz Claudio Romanelli, que institui o Programa de Recuperação de Créditos PRC, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. NA FORMA DE SUBEMENDAS. **Aprovado o substitutivo do projeto. Aprovada a Emenda 01. Aprovada a Emenda 02. Aprovada a Emenda 03.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 316/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a CDL - Câmara de Dirigentes Logistas de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão. **Aprovado. (Publ. no DA nº 082/08, de 14/07/08, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/08, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Jardim Santa Luzia, com sede e foro no município de Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda; Aprovado o Projeto.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/08, de autoria do Deputado Enio Verri, que declara de utili-

dade pública a Associação Maringaense de Vôlei de Praia, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto. Aprovada a Emenda artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 539/08, que cria 2 (dois) cargos de Juiz de Direito Substituto na comarca de Foz do Iguaçu, Entrância Final, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/08, de autoria do Tribunal de Justiça, que cria o Fundo da Justiça, do Poder Judiciário do Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/08, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a Lei Estadual nº 12216, de 15/07/98, que trata da criação do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER DA CCJ.

Esta Presidência informa que o item 07 da pauta - Projeto de Lei nº 326/08 que está em 2ª discussão, não houve tempo para sua votação na CCJ na Sessão de hoje.

Por esta razão e pela urgência que temos na apreciação desse projeto, ao terminarmos esta Sessão e como teremos uma Sessão Extraordinária, em acordo com o Presidente da CCJ - Deputado Durval Amaral, faremos uma Sessão Extraordinária da CCJ para o mesmo ser apreciado na Sessão Extraordinária que teremos em seguida, bem como o projeto da Polícia Militar.

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/08, que objetiva reestruturar os Anexos VII e VIII, da Lei nº 15843, de 21/05/08, conforme especifica e adota outras providências. (Quadro Próprio do Magistério - QPM, Quadro Único de Pessoal - QUP, do Poder Executivo do Estado do Paraná e os Contratados sob Regime Especial - CRÊS). COM PARECERES DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 092/08, de 11/08/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 341/08

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima ementado, de autoria do Poder Executivo, que visa reestruturar os Anexos VII e VIII, da Lei nº 15843, de 21/05/08, conforme especifica e adota outras providências. (Quadro Próprio do Magistério e Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo do Estado do Paraná).

Em sua justificativa o autor sustenta que: *o projeto de lei, que altera os vencimentos do Quadro Próprio do Magistério e Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo do Estado do Paraná, é a observância do disposto no inciso VIII do artigo 60 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 053/06, que estabelece que a vinculação de recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino, estabelecida no artigo 212 da CF, suportará no máximo 30% (trinta por cento) da complementação da união.*

Serão abrangidos os professores do Quadro Próprio do Magistério - QPM, Quadro Único de Pessoal - QUP e os Contratados sob Regime Especial - CRES.

Que o “custo mensal da folha de pagamento de pessoal do Poder Executivo é de R\$ 565 milhões, sendo R\$ 174 milhões e custo dos professores ativos e inativos, da rede de ensino fundamental, do Quadro Próprio do Magistério, Quadro Único de Pessoal e com Contrato de Regime Especial, incluído o Auxílio Transporte.

A medida representa um acréscimo de despesa de R\$ 11.470 para os ativos, R\$ 6.270 para os inativos e R\$ 1.570 para o Auxílio Transporte, totalizando R\$ 19.310, o que refletirá num impacto em torno de 3,4% sobre o total da folha de pagamento do Poder Executivo.

A proposta abrangerá cerca de 110.534 (cento e dez mil, quinhentos e vinte e quatro) professores ativos, inativos, pensionistas e regime especial.

O aumento de despesa, decorrente desta implantação será do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

É o relatório

II - Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 19/08/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 341/08

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em análise, de autoria do Poder Executivo, ao propor a reestruturação em tela, tem como finalidade conceder reajuste salarial para o Quadro Próprio do Magistério, Quadro Único de Pessoal, Contratados sob Regime Especial e Inativos.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente no tocante ao impacto financeiro à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui pela ausência de qualquer óbice para prosperidade do mesmo em face a lei supracitada, visto que a mensagem contempla a previsão de impacto financeiro, bem como a fonte de recursos para a implementação do reajuste (FUNDEB).

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20/08/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/08, que altera os dispositivos das Leis nº 11713, de 07/05/97 e 14825, de 12/09/05. (Pessoal Docente, Docente-Técnico e Administrativo das Instituições Estaduais do Ensino Superior). COM PARECERES DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 092/08, de 11/08/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 342/08

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei acima ementado, de autoria do Poder Executivo, que visa alterar dispositivos das Leis nºs 11713, de 07/05/97 e 14825, de 12/09/05. (Pessoal Docente, Docente-técnico e administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior).

Em sua justificativa o autor sustenta que: *A presente proposta é resultado do estudo de Grupo de Trabalho instituído pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com vistas a reformulação da Carreira Docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná (IEES/PR).*

Este Grupo de Trabalho foi constituído por um representante de cada uma das cinco Universidades Estaduais (UEL, UEM, UEPG, UNICENTRO e UNIOESTE); um representante da Associação Paranaense das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná

(APIESP), representando as 12 Faculdades Estaduais (EMBAP, FAP, FECEA, FALM, FECILCAM, FAFI, FAFIJA, FAEFIJA, FUNDINOPI, FAFIPAR, FAFIPA, FAFIUUV); um representante dos docentes por instituição, escolhidos pelas entidades de classe; um assessor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); e representantes das Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Administração e Previdência e do Planejamento e Coordenação Geral.

Buscou-se no presente projeto de lei a revisão da carreira docente do ensino superior, em conformidade com princípios que asseguram o reconhecimento da natureza do processo educativo, da função social e dos objetivos do Sistema Público Estadual de Ensino Superior; a dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração; a qualidade do processo de trabalho e a vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições, bem como sua integração com o desenvolvimento do estado do Paraná.

A instituição de apenas um nível na classe de Professor Auxiliar e o incentivo de 20% pelo título de especialista, estimularão os docentes em início de carreira a buscarem a promoção para outras classes por meio da titulação em programas de mestrado e doutorado.

A alteração do percentual interclasse de 25% para 15% do cargo de Professor Auxiliar para o de Professor Assistente objetiva a diminuição da diferença entre o maior e menor nível salarial da carreira.

As alterações propostas estão condicionadas à disponibilidade orçamentário-financeira, ao comportamento da receita, que será atestada pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Fazenda, no estrito e rigoroso cumprimento da execução orçamentária e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101/00.

O custo mensal da folha de pagamento do pessoal do Poder Executivo é de R\$ 565 milhões, sendo R\$ 34 milhões o custo da folha de docentes ativos e inativos das Instituições do Ensino Superior.

A implantação da reestruturação da carreira de docentes representa um acréscimo mensal de R\$ 6.294 milhões, o que refletirá num impacto de 18,36% na despesa com os docentes de ensino superior e 1,1% no total da folha de pagamento do Poder Executivo.

A medida beneficiará 10.250 docentes entre ativos, inativos, pensionistas.

É o relatório.

II - Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 19/08/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 342/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 342/08, em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade alterar dispositivos das Leis nºs 11713, de 07/05/97 e 14825, de 12/09/05, que tratam das carreiras do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

Esta Comissão chamada a emitir parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, avalia que se trata de medida que visa a reestruturação da carreira de docentes do ensino superior, alterando o percentual interclasse, reduzindo assim a diferença entre o maior e o menor nível salarial e acrescentando 20% aos vencimentos de detentores de título de especialista, estimulando dessa forma docentes em início de carreira na busca da promoção para outras classes por meio da titulação em programas de mestrado e doutorado.

O Poder Executivo, em respeito à Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), apresenta estimativa do impacto orçamentário-financeiro, atendendo assim os requisitos legais que permitem a continuidade do normal trâmite da proposição nesta Casa.

Diante do exposto, esta Comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20/08/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, requerimentos nºs 2142 a 2156, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2157, de autoria do Deputado Pedro Ivo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2159, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2164 e 2165, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2168, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado da Deputada Luciana Rafagnin, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/08.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 023, 324 e 325/08

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 286, 303 e 326/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 341 e 342/08

Levanta-se a Sessão.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 098	
9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	
SUMÁRIO	
Mesa Executiva.....	35
Presenças.....	35
Abertura da Sessão	35
Expediente:	
Questão de Ordem.....	35
Requerimentos	36
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
2ª Discussão (Votação em)	40
3ª Discussão	42
2ª Discussão	42
Encerramento da Sessão	42

DIÁRIO Nº 098

9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Luiz Nishimori.

Presenças:

Às dezesseis horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost,

Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Elton Welter e Reni Pereira (03).

Em licença a Sra. Deputada Rosane Ferreira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado na Sessão anterior, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Questão de Ordem

QUESTÃO DE ORDEM

Encaminha Questão de Ordem à Presidência do Poder Legislativo

Senhor Presidente:

Os Deputados que a presente subscrevem, com fundamento no artigo 104 do Regimento Interno desta

Casa, submetem a V. Exa. Questão de Ordem relativa ao Projeto de Lei nº 286/08, em face do que dispõe o parágrafo 4º do artigo 137, o artigo 33, parágrafo 2º, alínea “a” combinado com o artigo 51, parágrafos 17 e 18 e o artigo 170 do Regimento Interno desta Casa.

Considerando que a Subemenda Modificativa à Emenda nº 01 de Plenário, tem por objetivo corrigir impropriedade na redação do projeto de lei, que da forma como redigido originalmente o Governo estaria concedendo uma gratificação de 80% correspondente ao posto imediatamente superior ao do PM que requeresse permanecer por mais tempo na corporação sem se aposentar.

Considerando, que a referida subemenda não modifica a proposta contida na nossa emenda, pelo contrário, é uma emenda oportunista, apresentada para efeito de corrigir erro cometido na elaboração do projeto.

Considerando que esta subemenda deveria ter sido apresentada, na forma de emenda, no momento adequado, ou seja, em 2ª discussão do projeto, em Plenário.

E, principalmente, considerando que a subemenda, na forma como proposta, fere o que dispõe o Regimento Interno em seu artigo 137, parágrafo 5º, o que se verifica é que não foram satisfeitos os pressupostos regimentais necessários para sua admissibilidade, em especial o de tão descaracterizar a essência da proposição cuja redação pretende alterar.

É isto, justamente isto o que a pretensa subemenda faz, descaracterizar, desvirtua, retira todo o objeto da emenda que apresentamos para efeito de evitar a injustiça da exclusão dos Subtenentes, 1ºs Sargentos e Soldados, que não foram contemplados com os benefícios concedidos às demais classes da corporação, em desrespeito ao princípio constitucional da igualdade.

A subemenda apresentada pelo Relator faz exatamente isto, exclui novamente os Subtenentes, 1ºs Sargentos e Soldados dos benefícios previstos. Exatamente como já o tinha feito o Governo quando da elaboração do projeto.

Isto posto, Sr. Presidente, submeto a V. Exa. a presente Questão de Ordem, de modo a que a subemenda à Emenda nº 1 de Plenário não seja admitida para votação.

Não obstante o exposto, caso V. Exa. decida, ainda assim, pelo recebimento da subemenda, resta ainda dirimir a Questão de Ordem consubstanciada em face das conflitantes disposições regimentais contidas nos artigos 33, parágrafo 2º, artigo 51, parágrafo 18 e artigo 170.

Assim propugnamos pela submissão ao Plenário das emendas apresentadas em 2ª discussão, inobstante tenham recebido parecer contrário na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(aa) Ribas Carli Filho, Edgar Bueno, Duílio Genari, Augustinho Zucchi, Marcelo Rangel, Antonio Belinati, Elio Rusch, Cida Borghetti, Plauto Miró, Ademar Traiano, Douglas Fabrício e Valdir Rossoni.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2170

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para a votação em separado, uma a uma, das emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 286/08, oriundo da Mensagem Governamental nº 020/08, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2162

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o duto Plenário, licença para tratar de assuntos particulares no período de 20 de agosto a 05 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 19/08/08.

(a) EDGAR BUENO

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal, agradecendo de maneira muito especial ao Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral, e a todos os seus membros pela compreensão e pela colaboração que sempre têm dado a esta Casa.

Muito obrigado.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Tenho uma questão de ordem que gostaria de formalizar. Faço a leitura e encaminho a V. Exa.

(Lê):

“QUESTÃO DE ORDEM

Encaminha Questão de Ordem à Presidência do Poder Legislativo

Senhor Presidente:

Os Deputados que a presente subscrevem, com fundamento no artigo 104 do Regimento Interno desta Casa, submetem a V. Exa. Questão de Ordem relativa ao Projeto de Lei nº 286/08, em face do que dispõe o parágrafo 4º do artigo 137, o artigo 33, parágrafo 2º, alínea

“a” combinado com o artigo 51, parágrafos 17 e 18 e o artigo 170 do Regimento Interno desta Casa.

Considerando que a Subemenda Modificativa à Emenda nº 01 de Plenário, tem por objetivo corrigir impropriedade na redação do projeto de lei, que da forma como redigido originalmente o Governo estaria concedendo uma gratificação de 80% correspondente ao posto imediatamente superior ao do PM que requeresse permanecer por mais tempo na corporação sem se aposentar.

Considerando, que a referida subemenda não modifica a proposta contida na nossa emenda, pelo contrário, é uma emenda oportunista, apresentada para efeito de corrigir erro cometido na elaboração do projeto.

Considerando que esta subemenda deveria ter sido apresentada, na forma de emenda, no momento adequado, ou seja, em 2ª discussão do projeto, em Plenário.

E, principalmente, considerando que a subemenda, na forma como proposta, fere o que dispõe o Regimento Interno em seu artigo 137, parágrafo 5º, o que se verifica é que não foram satisfeitos os pressupostos regimentais necessários para sua admissibilidade, em especial o de tão descaracterizar a essência da proposição cuja redação pretende alterar.

É isto, justamente isto o que a pretensa subemenda faz, descaracterizar, desvirtua, retira todo o objeto da emenda que apresentamos para efeito de evitar a injustiça da exclusão dos Subtenentes, 1ºs Sargentos e Soldados, que não foram contemplados com os benefícios concedidos às demais classes da corporação, em desrespeito ao princípio constitucional da igualdade.

A subemenda apresentada pelo Relator faz exatamente isto, exclui novamente os Subtenentes, 1ºs. Sargentos e Soldados dos benefícios previstos. Exatamente como já o tinha feito o Governo quando da elaboração do projeto.

Isto posto, Sr. Presidente, submeto a V. Exa. a presente Questão de Ordem, de modo a que a subemenda à Emenda nº 1 de Plenário não seja admitida para votação.

Não obstante o exposto, caso V. Exa. decida, ainda assim, pelo recebimento da subemenda, resta ainda dirimir a Questão de Ordem consubstanciada em face das conflitantes disposições regimentais contidas nos artigos 33, parágrafo 2º, artigo 51, parágrafo 18 e artigo 170.

Assim propugnamos pela submissão ao Plenário das emendas apresentadas em 2ª discussão, inobstante tenham recebido parecer contrário na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 16/08/05.

(a) BANCADA DA OPOSIÇÃO.”

Entrego a V. Exa., subscrito por diversos Parlamentares da Oposição e outros Parlamentares desta Casa.

Faço questão de levar a V. Exa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, inobstante os argumentos expedidos pelo Deputado Elio Rusch, há de se reconhecer que esta

Presidência não pode pretender, por força de uma questão de ordem oferecida pelo Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, desconstituir uma decisão tomada pelo colegiado que integra a Comissão de Constituição e Justiça, porque o tema que levanta o Deputado Elio Rusch já foi vencido na Comissão de Justiça. Por maioria, a Comissão deliberou por acatar pela legalidade de subemenda modificativa apresentada pelo Relator, o Deputado Nereu Moura, por se tratar justamente do artigo 160, parágrafos 5º, 6º e demais integrantes, justamente do que tratava a emenda. A emenda foi oferecida por tratar-se de uma discussão que houve sobre o esclarecimento em relação ao quanto que, de fato, seria o valor a ser percebido pelos que vão ser beneficiados por essa lei. E a expressão da diferença vai passar a ser integrante, justamente por conta desse dispositivo.

Então, quero dizer, sem pretender aqui contrariar V. Exa., mas quero comunicar-lhe que este tema já foi superado por decisão do colegiado da CCJ, acatando a subemenda e propugnando pela legalidade da mesma.

Essa era a questão de ordem, mas quero informar a V. Exa. que a decisão da CCJ já foi pela legalidade da subemenda apresentada pelo nobre Relator, Deputado Nereu Moura.

Era isso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o objetivo, na verdade, pelo atropelo na CCJ, hoje, porque era do interesse dos Srs. Parlamentares em aprovar o projeto que concede aumento aos professores, não tivemos a mesma oportunidade de discutir a questão dessa emenda. Essa emenda foi apresentada pelos Deputados de Oposição, porque o que está acontecendo aqui, Sr. Presidente? O Governo encaminha para esta Casa um projeto aonde dá uma gratificação para os militares que não se aposentarem no tempo, que é 25 anos. Então, ele dá vantagens para os militares que quiserem continuar. Acho uma atitude elogiável do Governo, porque o militar já foi treinado, já tem experiência, então o Governo está dando vantagens para aquele que não requerer a sua aposentadoria.

Tudo bem, no decorrer do encaminhamento do projeto fomos procurados por representantes da Polícia Militar, porque setores da Polícia Militar ficaram excluídos desses benefícios. Por exemplo: os Sargentos, os Subtenentes não estão contemplados nesse projeto. E o pior, Sr. Presidente, os Soldados também não estão contemplados nesse projeto.

Então, para quem está assistindo que a Assembléia está aprovando um projeto, o militar que está assistindo vai dizer: “Oba, eu vou poder não me aposentar com os 25 anos, mas vou receber uma gratificação para permanecer na ativa.” Não é verdadeira essa afirmação, porque a grande maioria do efetivo da Polícia Militar não está contemplada no projeto. Aí o que fizemos? Apresentamos uma emenda para contemplar os Soldados, Sargentos e Subtenentes. Porque eu não consigo compreender, Sr.

Presidente, por que o Governo deseja dar uma vantagem, proporcionar a oportunidade para que os militares continuem na ativa, não se aposentem aos 25 anos e por que alguns setores são excluídos? Não conseguimos compreender! Apresentamos a emenda. O que ocorreu? O Deputado Nereu Moura apresentou uma emenda aditiva onde ele anulou a nossa emenda.

Então, Sr. Presidente a questão de ordem apresentada pelo Deputado Elio Rusch é procedente, porque se V. Exa. não acatar a questão de ordem feita pelo Deputado Elio Rusch não teremos a oportunidade de analisar e votar a emenda que vai contemplar a todos os Soldados da Polícia Militar do Paraná. Então, apelo a V. Exa., podemos até perder no voto, mas há de se dar uma demonstração do Legislativo do Paraná de que gostaríamos que todos, até na Constituição está isso: “todos são iguais perante a lei”, por que vamos contemplar algumas categorias da Polícia Militar e outras não? Porque todas são treinadas, todas trabalharam 25 anos, todas querem ter a mesma oportunidade.

Faço um apelo a V. Exa. Presidente, que leve em conta a questão de ordem do Deputado Elio Rusch, e poderíamos votar aqui todas as emendas, porque elas são constitucionais, tratam do mesmo assunto. Nós votaríamos e seria uma decisão da Casa se queremos tratar os militares todos com o mesmo peso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Percebo, meu caro Deputado Elio Rusch e também o Deputado Valdir Rossoni, a preocupação de todos, evidentemente numa situação em que esta Casa tem por objetivo cumprir com o seu papel. Aqui, não acredito que haja qualquer Parlamentar com o intuito de prejudicar qualquer cidadão ligado à Polícia Militar ou coisa parecida. Pelo contrário, esta Casa tem historicamente demonstrado exatamente o oposto. O objetivo é cumprir com o seu papel, ajudando o cidadão.

Recebemos do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça a informação de que o projeto que objetiva alterar os dispositivos das leis que regem o Código da Polícia Militar receberam parecer contrário às Emendas de nºs 02 a 06 nesta reunião da Comissão de hoje. E aqui há uma cópia de todas as emendas. E aí encaminha o projeto de lei para que tomemos as providências com base nos artigos 33, parágrafo 1º alínea “a” e 170, parágrafo 2º do Regimento Interno da Casa.

Em cima disso vamos fazer a votação da Emenda nº 01 de Plenário, na forma de subemenda da CCJ. Se ela for rejeitada, aí votamos a emenda original.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Ainda não abrimos a discussão do projeto. Apresentei apenas uma questão de ordem a V. Exa. para que não se recebesse a subemenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos votar o projeto, ressaltando as emendas.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Mas V. Exa. indefere a nossa questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sim! Para que votemos e apreciemos a Emenda de nº 01 na forma de uma subemenda da CCJ. E aí sim, dependendo da votação é que damos prosseguimento.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Quando V. Exa. solicitou o item 1, pedi a palavra pela ordem e apresentei uma questão de ordem a V. Exa. Não abrimos ainda a discussão do projeto. Temos uma questão de ordem a ser decidida por V. Exa. Qual foi a nossa questão de ordem? Que a Mesa não aceitasse a subemenda apresentada pelo Relator à Emenda nº 01 de Plenário, que apresentamos, porque entendemos que a subemenda do Relator desvirtua totalmente a emenda principal e o Regimento Interno assim não o permite.

V. Exa. entende que a nossa questão de ordem não procede?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sigo o que vocês discutiram hoje na CCJ.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

V. Exa. deve primeiro, antes de abrir a discussão do projeto, deferir a nossa questão de ordem, se acata ou não acata a subemenda apresentada pelo Relator na nossa emenda. Por essa razão é que faço um apelo que não aceite, porque se V. Exa. aceitar, realmente estamos ferindo o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Acho que a Questão de Ordem já está decidida quando coloco em votação a Emenda nº 01.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, então, antes de V. Exa. colocar em votação as emendas, tenho um requerimento para apresentar à Mesa, que pede exatamente destaque da votação das emendas, porque o que estávamos apresentando até agora era questão de ordem e agora apresento um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe o requerimento de V. Exa.

Pelo ordem, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Primeiro, quero dizer que não consigo competir aqui com a Deputada Dra. Lídia, porque na verdade ele

faz até uma confusão do ponto de vista do raciocínio.

A questão de ordem levantada por V. Exa., Deputado Elio Rusch, não foi essa. O Presidente decidiu de acordo com o Regimento. O que o Presidente decidiu? Decidiu que vai colocar primeiro em votação a subemenda, e se o Plenário aprovar, está prejudicada a emenda. Ora, Exa., se o Plenário não aprovar a subemenda, valerá a emenda, que poderá ou não ser rejeitada em 2ª votação. Ora, desculpe! No mais, requerimentos e discussões são firulas e V. Exa. tem um raciocínio límpido e cristalino e eu o conheço, então use o seu raciocínio, que está correto, senão V. Exa. fica ouvindo vozes à sua volta e acaba, de fato, encaminhando de forma equivocada para a Mesa e acaba confundindo o Presidente e o Plenário.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Presidente, Deputado Nelson Justus, acredito que o Deputado Romanelli não entendeu a nossa questão de ordem e não posso conceber jamais que o Líder do Governo, com toda a inteligência que tem e todo o respeito que devoto ao Deputado Romanelli, ele não pode colocar em minha boca palavras que eu não tenha dito! Deputado Romanelli, fiz uma questão de ordem que foi clara e é em relação à subemenda apresentada à emenda principal, que é a Emenda nº 01 e que solicitamos que não fosse acatado pela Mesa. Foi isso que sugerimos e nada mais! E não tem conversa em volta! Sabemos que o estamos fazendo como Parlamentar e, neste momento, como Líder da Oposição.

Agora, se V. Exa. já indeferiu a nossa questão de ordem, apresentamos à Mesa e V. Exa. já disse que irá colocar em votação a Emenda nº 01 separada, mas temos um requerimento e que fique claro ao Líder do Governo, que não presta atenção quando falamos porque está discutindo com a sua assessoria, para que não fale bobagem depois também. É isso que tem que ser dito! E pedimos, e aqui é regimental a discussão em separado de emenda por emenda. Agora, se o Plenário entender que não deve ser votado, não se vota. Mas, não venha o Líder do Governo dizer coisas que não fizemos!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Elio Rusch, cabe a questão de ordem de V. Exa. Já decidi e recebo o seu requerimento requerendo o destaque para votação em separado das Emendas de nºs 01 a 06 de Plenário, ao projeto oriundo da mensagem governamental, e vamos votar o requerimento como manda o Regimento.

Está em votação o requerimento do Deputado Elio Rusch, Líder da Oposição, que requer destaque para votação em separado das Emendas de nº 01 a 06 de Plenário.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.
(Assentimento)

Queria chamar atenção dos Parlamentares que integram a nossa base, que o Regimento prevê que as emendas que vieram com parecer de rejeição ou de aprovação são voltadas em grupo. Então, queremos encaminhar contrário ao requerimento que pede o destaque. Pediria que os nossos companheiros que integram a base do Governo pudessem votar pela rejeição do requerimento, que provavelmente será votando NÃO.

E desde já peço chamada nominal e votação nominal, utilizando o painel desta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Tem a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero aqui dar a minha contribuição e dar o encaminhamento favorável ao requerimento do Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch. O que o Deputado Elio Rusch está pedindo? O direito de votarmos emenda por emenda, discutir emenda por emenda, porque são várias questões que podem ser discutidas, como já encaminhei anteriormente. Se nós, Srs. Parlamentares, aprovarmos o pedido de destaque do Deputado Elio Rusch, estamos tendo o direito de votar emenda por emenda. Se derrubarmos o requerimento do Deputado Elio Rusch, nós vamos votar num pacote. E ao votar no pacote estaremos votando contra os Soldados da Polícia Militar, porque não estaremos votando a principal emenda, que eu considero, aquela que contempla nesse projeto os Soldados da Polícia Militar.

E para concluir o meu encaminhamento favorável ao requerimento do Deputado Elio Rusch, quero dizer ao Sr. Presidente, e pedir a gentileza do Líder do Governo, pelo trabalho que vem fazendo em favor do Governo, que regimentalmente é de direito das lideranças, Sr. Presidente, ter aqui assessoria. Temos aqui a nossa assessoria da Oposição, o Deputado Líder do Governo tem a sua assessoria. Sempre nos dirigimos diretamente ao Líder do Governo. Nós, Deputados de Oposição, não podemos admitir e permitir que o Líder do Governo se dirija à assessoria da Oposição dizendo que ela está se intrometendo no trabalho da Situação. Ele está prestando uma assessoria, e diga-se de passagem, sem nenhum demérito às outras assessorias. Temos orgulho de ter na nossa assessoria essa mulher que representa a mulher paranaense, a Dra. Lídia, uma senhora de respeito, uma senhora que anda nesses corredores e recebe a continência pela sua competência na assessoria da Liderança de Oposição. Peço a V. Exa., e pela amizade que tenho pelo Deputado Romanelli, que cada vez dirija-se ao Líder da Oposição e não dirija-se mais à assessoria da Oposição, porque quem tem que se dirigir à assessoria da Oposição é o Líder Elio Rusch e somos nós, Deputados da Oposição.

Obrigado, Sr. Presidente Nelson Justus.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação requerimento.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Presidente, o Deputado Romanelli pediu chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos solicitar aos Srs. Deputados que digitem as suas senhas. Há quórum suficiente.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, a Liderança da Oposição recomenda que votemos SIM para que possamos votar a emenda por emenda, para que efetivamente a sociedade do Paraná possa saber o que estamos votando aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento do Deputado Elio Rusch votarão com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários votarão com a expressão NÃO. Está em votação.

Vai se proceder à apuração. Vinte e dois NÃO e 19 SIM.

Está rejeitado o requerimento do Deputado Elio Rusch.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/08, que objetiva acrescentar e alterar o dispositivo das Leis nºs 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), 5940/69 (Lei de Promoções de Praças) e 6417/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E DA CSP. COM EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER DA CCJ.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 286/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, do Poder Executivo, que objetiva acrescentar e alterar dispositivos das Leis nºs 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), 5940/69 (Lei de Promoções de Praças) e 6417/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná).

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da Comissão de Constituição e Justiça.

A Comissão de Segurança Pública, chamada para analisar o mérito da proposição, entende que o projeto de lei tem por finalidade promover a necessária e fundamental motivação do efetivo policial-militar, alcançando excelentes níveis de satisfação, com reais e positivos reflexos na segurança pública, beneficiando não só a Corporação, mas sobretudo, a comunidade paranaense.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 14/07/08.

(aa) MAURO MORAES - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em votação a Emenda de Plenário nº 01, na forma de subemenda da CCJ. Em votação.

Para encaminhar o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Todos sabemos que a nossa gloriosa Polícia Militar do Paraná tem dois quadros, ou seja, os oficiais, o quadro dos Praças - Soldado, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento e Subtenente. Temos os policiais militares da área administrativa, músicos, policiais no Hospital Militar, enfim, em outras áreas também.

Até concordamos com o Governo do Estado em enviar essa mensagem proporcionando para que o policial militar permaneça mais tempo na Polícia Militar. Até pelo conhecimento que ele tem.

O Governo vai atribuir 80% do soldo imediatamente superior àquele que ele está exercendo, quando ele completar 26 anos de casa. Se a mensagem for aprovada, o Cabo, o 3º, 2º Sargentos fizerem a opção dos 80%, correm o risco de receberem menos do que estão recebendo hoje.

A subemenda apresentada pelo Deputado Relator visa corrigir, e é isso que apresentamos na nossa questão de ordem, que fosse deferido e para que o projeto fosse retirado da Ordem do Dia, para que pudesse corrigir exatamente essa questão que, no nosso entender, não está correta.

Ele visa corrigir aquilo que o próprio Governo do Estado já deveria ter feito quando enviou a mensagem à Assembléia Legislativa. O que quer dizer isso? Por exemplo, o Cabo tem um salário, tem seu soldo mais as gratificações, vamos pegar um número, que ele ganhe R\$ 900. Não são os valores que, efetivamente, estão recebendo, mas para que didaticamente possamos entender. Vamos supor que o 3º Sargento recebe R\$ 1.000. Ora, da forma como veio a mensagem, dá para entender que se o cabo fosse fazer uma opção de 80% da graduação imediatamente superior, que seria R\$ 1.000, ele estaria recebendo apenas R\$ 800, menos do que estaria recebendo como Cabo. A subemenda do Relator ao menos tenta corrigir isso, mas no nosso entender está errada e subemenda. Ela não podia ser aplicada, porque modifica a nossa emenda principal.

O que nós queremos? Aliás, o Deputado Caíto Quintana lembrou muito bem na tribuna que dentro de um mesmo quadro não pode discriminar, fazer distinção no aumento salarial. Ora, se a Polícia Militar tem dois quadros de oficiais e de praças, como é que dentro do mesmo quadro, Deputado Caíto Quintana, você vai diferenciar um soldo, um salário, um aumento para os Cabos, 3º Sargento e 2º Sargento, excluindo aí o Soldado, excluindo o 1º Sargento, excluindo o Subtenente? Nós queremos que o Soldados tenha o mesmo direito, já que é um

incentivo para que permaneça mais tempo dentro da corporação, porque os policiais militares com 25 anos já podem se aposentar proporcional e com 35 anos são obrigados a sair da corporação.

O que nós queremos é que o Soldado, o 1º Sargento e o Subtenente, também se beneficiem dessa lei. Por que essa discriminação? Por que não conceder a eles, também, essa gratificação que se concede para o Cabo, o 3º e o 2º Sargento? Tinha até uma dúvida, inclusive o próprio Governador, quando manda a mensagem à Assembleia, faz menção ao ex-Comandante da Polícia Militar, que é o Coronel Xavier. E quem é o Coronel Xavier? Sabemos o que ele está fazendo hoje e o que ele quer conquistar com isso, mas vamos valorizar, sim, o policial, o Soldado que está na rua. Vamos valorizar, sim, o 1º Sargento e vamos valorizar o Subtenente. Por que não valorizar? Por que essa diferenciação? Onde está o maior contingente? Está exatamente no Soldado, e por que o Soldado não pode ser beneficiado?

Por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que apresentamos diversas emendas, mas a emenda principal, a que mais queríamos, é que a Polícia Militar, através do seu Soldado raso, como se diz, junto com o 1º Sargento e com o Subtenente, fossem beneficiados também. Por essa razão, encaminhamos e apresentamos essas emendas, que foram apresentadas ainda na época em que o Deputado Valdir Rossoni era o Líder da Oposição. Hoje, estamos exercendo a Liderança.

Espero a compreensão dos Srs. Parlamentares para que, realmente, tomemos a medida mais justa e a mais correta, beneficiando toda corporação.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Deputada Luciana, Dr. Batista, senhoras e senhores, nosso capitão.

Gostaria de abordar este tema, porque este projeto é muito importante e muito bom. Eu diria que, primeiro, o Governo faz com que o policial fique por mais cinco anos no efetivo exercício da profissão, se ele assim optar por receber um benefício de ter um percentual do soldo ou do salário do superior-imediato. Isso é muito bom, porque o policial com 25 anos de trabalho ainda está em condição de, perfeitamente, executar por mais cinco anos as suas atividades e também tem muita experiência, na verdade está na melhor fase da vida em termos de experiência e com todas as condições de fazer a sua função de policial.

A emenda apresentada pelo Deputado Elio Rusch e por vários outros Parlamentares é muito boa, não vejo problema nela, porque a questão que se discute é que o Soldado poderia fazer o curso para Cabo, e que às vezes não o faz porque não quer, então não merece ter o benefício de ter o salário do Cabo e ficar mais cinco anos. Mas há muitos Soldados que, por opção, trabalham no interior

do estado, principalmente esses que não fazem o curso, e também a questão do Subtenente, que é o último posto antes de virar oficial, há até uma questão política, não vejo problema dele ganhar 80%. Ganha o 2º Tenente e ele ficou de fora dessa situação, basicamente o Subtenente e o Soldado

Acho que a lei é muito boa e que deveríamos dar esse benefício. Sei que estou divergindo, neste momento, de uma posição de Governo. Se for aprovada já é muito bom, mas acho que deveríamos também conceder isso aos Soldados e ao último posto antes de ser oficial, que é Subtenente.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, serei extremamente breve, mas só vou deixar registrado o nosso posicionamento: o PPS é um partido socialista e pregamos a democratização das oportunidades, benefícios sem exclusões. Vamos votar para que os benefícios se estendam à toda corporação. Vai ser esse o nosso posicionamento. E mais, acredito que teríamos que analisar aquela mensagem que virá para a Assembleia Legislativa, possibilitando que os policiais que já não estão mais na ativa possam ser recontratados para atuarem em cargos administrativos.

É esse o meu posicionamento. Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, a Bancada do PT também tem que elogiar o projeto, vota favoravelmente. Fui procurado por representantes da Associação dos Policiais Militares, acho que o argumento deles é muito forte, acho que devemos estender esse direito para os Soldados, para os 1ºs Sargentos e para os Subtenentes.

Entendo que, neste momento, com essa questão que implica impacto orçamentário, temos dificuldades de aprovar uma emenda que teria veto e outras consequências, mas propusemos a nos reunir com as lideranças dos policiais militares e vamos gestionar junto ao Governo para que estenda os benefícios para todos os policiais militares. Essa é a posição do nosso partido, votaremos favoravelmente ao projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, não vou encaminhar, mas apenas para registrar em 30 segundos a orientação para a nossa Bancada, para aprovar a Subemenda Modificativa nº 01 e depois vamos registrar as outras. Mas apenas para dizer o seguinte, em uma palavra apenas: o projeto, na verdade, é um processo de desinformação brutal, e a hora em que terminar a votação eu explico para V. Exas. Ao contrário de excluir, inclui os Soldados aqui.

Quero encaminhar favoravelmente à emenda. Depois da votação explico a todos. Mas primeiro, vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Primeiro, não me serve a carapuça. Quero dizer ao Deputado Romanelli que tenho certeza que, com todos os Parlamentares que conversei, todos estão compreendendo o que estão votando. O que estamos decidindo aqui é o seguinte: ao votarmos favorável à emenda aditiva, se votarmos SIM estamos enterrando as emendas que foram proporcionadas por Parlamentares, aqui, para incluir todos os militares. Srs. Deputados, é importante que quem votar SIM está tirando a oportunidade de tratar os militares igualmente. Quem votar NÃO está dando a oportunidade de votarmos as emendas que foram propostas pelos Srs. Parlamentares. Se puder, e com a permissão do Deputado Romanelli, votarei NÃO, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Vai se proceder à votação. Vamos votar a Emenda nº 01, na forma de subemenda da CCJ.

Encerrada a votação. Vai se proceder à apuração.

Vinte e um SIM. Vinte NÃO. Uma abstenção.

Está aprovada a subemenda, ficando prejudicada a emenda.

Estão em votação, em bloco, as Emendas de nºs 02 a 06, com parecer contrário da CCJ.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Da mesma forma como encaminhamos a Emenda nº 01, vamos pedir para encaminhar também favoravelmente às Emendas nºs 02, 03, 04, 05 e 06.

E solicitamos aos ilustres Parlamentares que votaram NÃO antes, que agora votemos SIM, a favor das nossas emendas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Apenas encaminhar, para que os Parlamentares da nossa base votem agora com a expressão NÃO, rejeitando as emendas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, para encaminhar?

(Assentimento)

É importante salientar que nós, ao votarmos SIM, estaremos dando a oportunidade para que os Soldados da Polícia Militar possam não se aposentar aos 25 anos e receber as vantagens deste projeto, que se não fossem esses equívocos de deixar a grande maioria da Polícia Militar fora, é um ótimo projeto.

Votaremos SIM, pela emenda.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) **(Para Encaminhar)**

Só para reforçar, nós, do PPS, vamos votar SIM, para ajudar os policiais militares.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão, passamos à votação. Os Deputados favoráveis às Emendas de nºs 02 a 06, votam com a expressão SIM; os Deputados contrários às emendas, com a expressão NÃO.

Vamos ao resultado: 23 Srs. Deputados NÃO; 16 Srs. Deputados SIM e uma abstenção.

Portanto, estão rejeitadas as emendas.

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/08, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus e Luiz Claudio Romanelli, que institui o Programa de Recuperação de Créditos - PRC, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ NA FORMA DE SUBEMENDAS. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado projeto e emendas.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/08, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a Lei Estadual nº 12216, de 15/07/98, que trata da criação do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Em votação a emenda. **Aprovada. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2162, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.